



**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MEIO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL- CASO DO BANCO
PALMAS**

por

Thalyta Taumaturgo de Sousa

Tese de Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente

Orientada por

Professor Doutor Manuel Castelo Branco

2011

RESUMO

O contexto de exclusão social e econômica no mundo tem levado a uma profunda reflexão sobre a falta de oportunidades enfrentada pelas populações com mais baixa renda para ampliar os orçamentos individuais e/ou familiares e, com isso, alcançar melhores condições de vida. Essa percepção gerou o conceito de economia solidária, que atualmente contribui com análises e propostas, para colocar em xeque os paradigmas que sustentam os atuais modelos econômicos e incluir, nas pautas macro e microeconômica, o foco no desenvolvimento sustentável e no bem-estar das comunidades locais.

Este trabalho trata do estudo de caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas, localizado na cidade brasileira de Fortaleza, no estado do Ceará, implantado com o objetivo de fomentar programas e projetos de trabalho e geração de renda que, utilizando sistemas econômicos solidários, permitissem superar a pobreza urbana do Conjunto Palmeiras. Para tal, utilizou-se na pesquisa ora apresentada o método descritivo, realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Conclui-se que a criação do Banco Palmas, funcionando sob os princípios da Economia Solidária, tem proporcionado o desenvolvimento sustentável local, enlaçando os três vértices de desenvolvimento: econômico (acesso da população a créditos e a criação de uma moeda local), social (formação e capacitação de profissionais realçando talentos e potenciais locais) e ambiental (sensibilização para uso consciente e responsável dos recursos naturais).

Palavras-chave: Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável, Banco Palmas

ABSTRACT

The context of social and economical exclusion throughout the world has led to a profound meditation concerning the lack of opportunities faced by populations with lower income taxes to expand their individual/ familiar budgets, thus achieving a higher level of life quality. Such understanding has generated the concept of Solidarity Economy, that nowadays is assertively contributing, with analisys and propositions, to question the paradigms that sustain the current economical models and include, on both macro and microeconomics, the focus on sustainable development and the local communities' well-being.

The present paper is a case study concerning the Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas (Palmas Comunitary Development Bank), implemented in the Brazilian city of Fortaleza, Ceará state, whose goal is to create and nurture work and production programs and initiatives that, based on solidary economical systems, allow to overcome urban poverty inside the community of Conjunto Palmeiras. For such, the method used is descriptive research, carried out by means of literature and documentary. We conclude that the creation of Banco Palmas, operating under the principles of Solidarity Economy, has been providing local sustainable development, plus embracing the three corners of development: economic (population's access to credit and creation of a local currency), social (education and training activities enhancing local talents and potentials) and environmental (awareness for responsible use of natural resources).

Keywords: Solidarity Economy, Sustainable Development, Palmas Bank

ÍNDICE

1. Introdução.....	01
2. Revisão da Literatura.....	03
2.1. Desenvolvimento Sustentável.....	03
2.1.1. Por quê não é uma Definição Clara.....	06
2.1.2. Aspectos Ambientais.....	09
2.1.3. Aspectos Sociais.....	10
2.1.4. Aspectos Econômicos.....	12
2.2. Economia Solidária.....	14
2.2.1. Definição de Economia Solidária.....	14
2.2.2. Princípios Fundamentais da Economia Solidária.....	18
2.2.2.1. Autogestão.....	19
2.2.2.2. Cooperativa.....	20
2.2.2.3. Solidariedade.....	21
2.2.2.4. Ação Econômica.....	21
2.3. Sugestões da Economia Solidária para o Desenvolvimento Sustentável.....	23
3. Metodologia.....	26
3.1. Aspectos Introdutórios.....	26
3.2. Apresentação do Caso.....	27
3.3. Recolha e Análise de Dados.....	27
4. Resultados e Discussão.....	29
4.1. O Início do Banco Palmas.....	29
4.2. Microcrédito e Moeda Social.....	32
4.3. Apoio à Mulher- Incubadora Feminina.....	34
4.4. Palmatech e Estímulo ao Capital Social.....	34
4.5. Palmacard.....	35
4.6. Unidades de Produção e Serviços Solidários.....	36
4.7. O Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e a Economia Solidária.....	38

4.8. Os Números do Banco Palmas.....	40
5. Conclusões.....	46
6. Referências.....	49
Anexos.....	XCV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Triângulo de desenvolvimento sustentável- elementos e ligações.....	08
Figura 2: Mapeamento da Economia Solidária.....	16
Figura 3: Estratégia do Banco Palmas	31
Figura 4: Frente e verso de uma Moeda Social Circulante Local	33
Figura 5: Palmacard	36
Figura 6: Logomarca do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas	37
Figura 7: Rede ASMOCONP	38

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Taxas e valores cobrados para os montantes máximos de crédito	32
Quadro 2: Linhas de empréstimo em moeda social	33
Quadro 3: Resultados do Banco Palmas nos últimos 5 anos	40

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação debruça-se sobre a importância e as contribuições da economia solidária para o desenvolvimento sustentável. Atualmente, o desenvolvimento sustentável vem sendo apresentado como resposta às preocupações globais em relação ao futuro do planeta. Têm surgido diversas formas de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Por exemplo, a responsabilidade social das empresas é considerada como a contribuição destas para o DS (Comissão Europeia, 2002). Apesar de tais desenvolvimentos não existe um modelo definido de como alcançar.

A identificação de um modelo de empreendimento econômico sustentável, que viabiliza o desenvolvimento local em áreas onde a preservação dos recursos naturais é um componente forte de restrição à aplicação de modelos tradicionais de desenvolvimento ainda é um grande desafio. O esforço de identificar esse modelo pode não somente auxiliar na definição de políticas públicas para a geração de emprego e renda nestas áreas e portanto de inclusão social de parcelas significativas daquela população, como também facilitar a adesão de comunidades à defesa da conservação do patrimônio ambiental, uma vez que existem resistências comuns com base no contraponto existente entre preservação e desenvolvimento.

Para atingir o desenvolvimento sustentável é importante consolidar as boas práticas econômicas que fixam em valores humanos, que preservam e contribuem para o equilíbrio dos ecossistemas e que respondam aos problemas sociais através da criação de empregos e fonte de renda.

A análise crítica das teorias e propostas de um novo modelo levou ao encontro da Economia Solidária, ao compreender em seus princípios o ideal do socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente viável (Maia; Catin; Braga Filho, 2006). A economia solidária simboliza práticas fundadas em relações de colaboração, inspirada por valores culturais colocando o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em detrimento da concentração de riquezas. Promove a geração de ocupação e renda em larga escala e é um instrumento de combate à exclusão social.

Neste aspecto incide a importância de estudar as contribuições da economia solidária para o desenvolvimento sustentável. Sua relevância, do ponto de vista prático, é a de apontar para outro tipo de desenvolvimento. Este trabalho, portanto, tem uma

perspectiva de contribuir para os planejadores de desenvolvimento e agentes sociais envolvidos e de ressaltar a importância da economia solidária para novas bases do desenvolvimento sustentável.

A problemática principal deste trabalho, em síntese, parte da seguinte pergunta: a Economia Solidária pode ser um novo modelo para obter um desenvolvimento sustentável? O que será discutido neste trabalho será uma possível resposta a essa pergunta.

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para o debate sobre o desenvolvimento sustentável e a economia solidária, considerando as transformações ocorridas face ao processo de globalização, em que questões ambientais, sociais e econômicas têm gerado grandes repercussões mundialmente para as prováveis consequências da devastação ambiental, da crise financeira e social.

Os objetivos específicos são:

- a) Apontar teoricamente o conceito de desenvolvimento sustentável e seus aspectos principais (econômico, social e ambiental) visando a sua melhor compreensão;
- b) Apresentar a economia solidária, seu conceitos, suas características e suas proposições para o desenvolvimento sustentável;
- c) Mostrar um estudo de caso de implementação de economia solidária apresentando seus resultados até o presente momento e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da região onde foi implementada.

No sentido de apresentar a importância da economia solidária para o desenvolvimento sustentável em relação aos seus três aspectos principais (econômico, social e ambiental), usar-se-á uma metodologia de estudo de caso, o do Banco Palmas, existente há cerca de 13 anos na região de Fortaleza, Ceará, Brasil. Trata-se de uma prática pioneira de SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA no Conjunto Palmeira, um bairro popular situado na periferia de Fortaleza – CE- Brasil. No início da década de 1990, a localidade de 32 mil habitantes não passava de uma região paupérrima, com a população vivendo em barracos, sem saneamento, escolas e eletricidade. Hoje, os moradores produzem no local quase tudo o que consomem. Os níveis de criminalidade caíram, a renda e a conscientização ambiental aumentaram (Alonso, 2010).

O presente trabalho foi dividido em quatro partes: a primeira é a introdução onde se aponta à problemática e os objetivos. Na segunda parte, faz-se uma abordagem teórica

sobre o desenvolvimento sustentável, sua definição e os seus três aspectos principais, e sobre a economia solidária, suas características e os desafios para alcançar o desenvolvimento sustentável. A quarta parte apresenta o estudo de caso no Brasil em que a economia solidária foi implementada e são apresentados os resultados deste projeto até o momento mostrando o desenvolvimento local. Finalmente, na última parte, apresenta-se as considerações finais e conclusões desta pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável é amplamente usado, mas muitas vezes não é definido de forma clara. Normalmente, promove abordagens integradas para desenvolvimento envolvendo ambiente, sociedade e economia. O termo foi primeiramente introduzido pela World Conservation Union (IUCN) em 1980 em sua publicação *The World Conservation Strategy* (Hall & Lew, 1998). Em 1987, o termo “desenvolvimento sustentável” foi inserido na plataforma política quando a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) presidida pela norueguesa Gro Haalen Brundtland publicou *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como o Relatório Brundtland. Esse relatório tem informações colhidas pela comissão durante três anos de pesquisa e análise destacando as questões sociais, principalmente quanto ao uso da terra, sua ocupação, abastecimento de água, abrigo e serviços sociais, tais como educativos e sanitários, além da gestão do crescimento urbano. Neste relatório foram definidos novos princípios e objetivos relacionados ao conceito de desenvolvimento devido à degradação social e ambiental causadas pelos modos anteriores de desenvolvimento (Wackernagel & Rees, 1996). O Relatório Brundtland definiu desenvolvimento sustentável como:

"...o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades." (CMMAD, 1987)

Essa definição de desenvolvimento sustentável foca no balanço entre as gerações presente e futura. Sem dúvida, esse balanço sugere a necessidade econômica e de uso adequado dos recursos naturais existentes, assim como a necessidade por harmonização das finalidades de desenvolvimento a curto e longo prazos. Apesar de ter boas intenções, tal definição não relata especificamente o escopo e os objetivos do desenvolvimento sustentável (Gechev, 2005). Por essa definição ainda ser vaga, existe a

necessidade de identificar aspectos mais específicos (Hall & Lew, 1998, p.3). Hall e Lew (1998) identificaram os seguintes princípios, tais como no Relatório Brundtland:

- Planejamento holístico e formulação de estratégias
- Preservação de processos ecológicos essenciais
- Proteção da biodiversidade e do patrimônio humano
- Equidade e oportunidades entre as nações (pessoas)
- Desenvolvimento de métodos de produtividade sustentáveis para futuras gerações

O conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992, realizada no Rio de Janeiro, Brasil a qual também é conhecida como Cimeira da Terra, Eco 92 ou Rio 92. A Cimeira da Terra conseguiu elevar os conceitos de desenvolvimento sustentável a nível internacional através da elaboração de três acordos não vinculativos conhecidos como Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21 e a Declaração de Princípios para a Administração Sustentável das Florestas.

A Declaração do Rio trata-se de uma carta contendo 27 princípios que visa estabelecer um novo estilo de vida, um novo tipo de presença do homem na Terra através da proteção dos recursos naturais e da busca pelo desenvolvimento sustentável e por melhores condições de vida para todos os povos.

Pelo fato de representar um consenso mundial e um compromisso político de alto nível, e, ainda, por constituir o primeiro esforço de sistematização de um abrangente programa de ação para a transição para o desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 se destaca. A mesma teve como subsídio importantes relatórios anteriormente publicados, como a) Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza, resultado de esforços das organizações WWF e IUCN (1980) ; b) O Nosso Futuro Comum , relatório da Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (1987) ; c) Cuidando do Planeta Terra: Uma Estratégia para o Futuro da Vida, resultado de esforços do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em conjunto com a WWF e a IUCN (1991) (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1996a).

A Agenda 21 é um plano de ação abrangente a ser implementado pelas agências de desenvolvimento, governos, organizações das Nações Unidas e grupos independentes em todas as áreas em que a atividade humana afeta o meio ambiente. A execução desse programa deve considerar as diferentes situações e condições dos países e regiões e a observância completa de todos os princípios contidos na Declaração do Rio. Trata-se de uma pauta de ações a longo prazo, estabelecendo temas, projetos, objetivos, metas, planos e mecanismos de execução para os diferentes temas da Conferência. Está dividida em quatro seções que abrangem: Dimensões Econômicas e Sociais, Conservação e Administração de Recursos, Fortalecimento dos Grupos Sociais e Meios de Implementação.

Os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas foi adotado pelos países participantes da CNUMAD visando um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas. Pelo fato desse tratado ter se transformado apenas em uma declaração e princípios reflete as dificuldades que surgiram durante a negociação do texto. Esse tratado foi o primeiro a abordar a questão florestal de forma universal. A declaração tem como objetivo implantar a proteção ambiental de forma integral e integrada. Todas as funções das florestas estão descritas no texto e são sugeridas medidas para a manutenção de tais funções (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1996a).

2.1.1 POR QUÊ NÃO É UMA DEFINIÇÃO CLARA

O termo desenvolvimento sustentável tem sido amplamente usado devido à vaga definição da WCED que permite interpretações abertas sobre o termo (Wackernagel & Rees, 1996; Hall & Lew, 1998). Por outro lado, a mesma ambiguidade tem comprometido sua implementação prática, uma vez que quase todas as ações poderiam ser justificadas sob tal definição.

Vários argumentos contribuíram para sustentar o conceito vago de desenvolvimento sustentável. Os princípios de responsabilidade, precaução, transparência e independência estão curiosamente misturados e correlacionados com o escopo dos agentes envolvidos, em particular com a tentativa e o interesse repentino nas disputas ecológicas ou com os desastres ecológicos. Durante essas décadas, os riscos para as

empresas e agentes impactados mudaram. Mas essa noção de desenvolvimento sustentável se mantém em razão de referências a esses “princípios” que não são estritamente princípios, mas também “convenções” ou mesmo “hábitos”(Pesqueux, 2009).

No entanto, a imprecisão da definição talvez ainda seja necessária, uma vez que definições mais implícitas poderiam ser muito específicas para utilização.

O desenvolvimento sustentável deve ter como foco o tipo de desenvolvimento, ao invés da expansão econômica (WCED, 1987). Wackernagel e Rees argumentam que o desenvolvimento tem normalmente enfatizado o crescimento econômico enquanto negligencia as limitações ecológicas e o bem-estar social da sociedade. Eles afirmam que o progresso deve ser redefinido e medido nos indicadores de qualidade de vida, tais como acesso à educação, alimentos e saúde comparados aos indicadores anteriores centrados no aumento de capital. O desenvolvimento sustentável seria mais sustentável se o termo fosse alterado para sustentabilidade do desenvolvimento (Wackernagel & Rees, 1996).

Para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), o desenvolvimento sustentável tem quatro aspectos principais e relativamente independentes: social, econômico, ecológico e institucional. Já outros cientistas preferem uma abordagem mais ampla e detalhada sobre o desenvolvimento sustentável incluindo neste termo nove aspectos: natural, material, ecológico, social, econômico, legal, cultural, político e psicológico. O objetivo desses detalhes é mostrar aspectos separados do termo, sua independência relativa e importância e a interação dos mecanismos do desenvolvimento sustentável (Gechev, 2005).

No entanto, normalmente as ideologias sobre desenvolvimento sustentável incorporam a integração de três aspectos-chave: o ambiente, a sociedade e a economia. Para alcançar o desenvolvimento sustentável todos os três aspectos devem desenvolver em conjunto (Selamn, 1996).

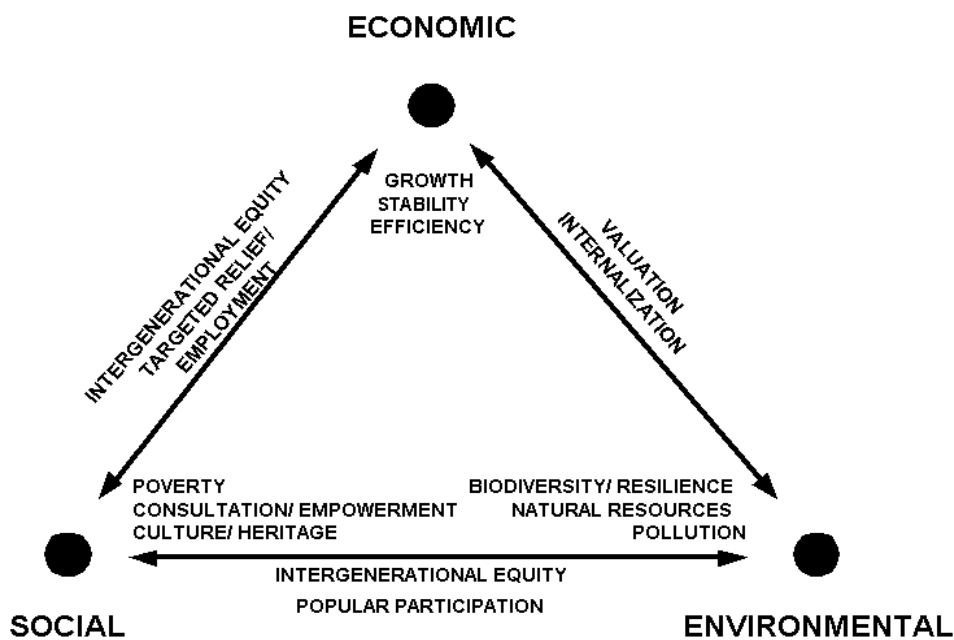


Figura 1. Triângulo de desenvolvimento sustentável- elementos e ligações (Munasinghe, 1992)

O desenvolvimento sustentável requer uma análise balanceada e integrada de três perspectivas principais: social, econômica e ambiental. Cada ponto de vista representado pelas vértices do triângulo acima corresponde a um domínio (e sistema) que possui suas próprias forças motriz e seus objetivos. A visão econômica é voltada para a melhoria do bem-estar humano, através principalmente do aumento no consumo de bens e serviços. O domínio ambiental tem como foco a proteção da integridade e resiliência dos sistemas ecológicos. E o domínio social enfatiza o enriquecimento das relações humanas e realização das aspirações individuais e de grupo. As interações entre os domínios (representados pelos lados) também são importantes para assegurar uma avaliação balanceada de trade-offs e sinergias que podem existir entre as três dimensões. Questões como a pobreza podem ser colocadas no centro do triângulo com o objetivo de reenfatar que estão ligadas a todas as três dimensões (Munasinghe, 1992).

2.1.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

Desenvolvimento no senso ambiental é uma preocupação recente relacionada à necessidade de gerir recursos naturais em escassez de forma prudente – porque finalmente o bem-estar humano depende dos serviços ecológicos. Ignorar os limites seguros ambientais poderiam enfraquecer os prospectos a longo prazo para o desenvolvimento. A literatura recente abrange ligações entre o desenvolvimento sustentável, o crescimento e o meio ambiente.

A sustentabilidade ambiental foca na viabilidade geral e no funcionamento normal dos sistemas naturais. Para os sistemas ecológicos, a sustentabilidade é definida por uma medida hierárquica, dinâmica, de múltipla escala e abrangente de resiliência, vigor e organização (Constanza, 2000). Resiliência é a habilidade de ecossistemas persistirem apesar dos choques externos, isto é, a quantidade de perturbação que causará a mudança de um ecossistema de um sistema para outro (Holling, 1973). Um estado de ecossistema é definido pela sua estrutura interna e um conjunto de processos mútuos de reforço. O vigor está associado à produção primária ou ao crescimento de um ecossistema. A organização depende tanto da complexidade quanto da estrutura do sistema. Por exemplo, um organismo multicelular como o ser humano é mais organizado do que um organismo unicelular como a ameba. Os estados mais elevados de uma organização implicam em níveis mais baixos de entropia. Além disso, a segunda lei da termodinâmica requer que a sustentabilidade de organismos e sistemas mais complexos dependa do uso de baixa energia de entropia derivada do seu ambiente que retorna como elevada energia de entropia (menos útil).

A degradação, a poluição e a perda de biodiversidade dos recursos naturais são prejudiciais porque reduzem a resiliência, aumentam a vulnerabilidade e prejudicam a saúde do sistema (Perrings and Opschoor, 1994; Munasinghe and Shearer, 1995). As noções de limite de segurança e capacidade de carga (carrying capacity) são importantes para evitar o colapso catastrófico do ecossistema (Holling, 1986). A sustentabilidade também pode ser ligada ao funcionamento normal e à longevidade de uma hierarquia agrupada de sistemas ecológicos e socioeconômicos ordenados de acordo com uma escala – por exemplo, uma comunidade humana consiste de muitos indivíduos que são compostos por um grande número de células discretas.

Gunderson e Holling usam o termo “panarquia” para indicar tal hierarquia de sistemas e seus ciclos adaptativos através de escalas. Um sistema em um nível dado é capaz de operar em seu modo estável (sustentável) porque está protegido por mudanças conservadoras e mais lentas no super-sistema acima dele enquanto está sendo simultaneamente revigorado e energizado por mudanças mais rápidas que ocorrem em sub-sistemas abaixo dele (Gunderson and Holling, 2001).

O desenvolvimento sustentável não é necessariamente sinônimo de manutenção do *status quo* ecológico. Um sistema acoplado ecológico-socioeconômico poderia evoluir, enquanto mantém níveis de biodiversidade que garantem a resiliência de ecossistemas em que dependem o consumo humano e a produção (Munasinghe, 2001).

A proteção ambiental e a capacidade de carga são componentes-chave quando se faz referência aos caminhos de desenvolvimento sustentável. Afirmação da escassez de recursos naturais e ficar dentro dos limites da capacidade de carga do ambiente são temas principais relacionados ao desenvolvimento ambiental. Ainda, o ambiente é normalmente valorizado como um recurso que deve ser protegido da extinção enquanto sujeito ao risco (Bartelmus, 1994). Portanto, o desenvolvimento ambiental sustentável poderia ser definido como a otimização da capacidade de carga enquanto permite a extração de recursos a longo prazo (Sum & Hills, 1998; Wackernagel & Rees, 1996).

2.1.3 ASPECTOS SOCIAIS

Normalmente, o desenvolvimento social refere-se às melhorias tanto no bem-estar individual quanto no bem-estar social geral resultante do aumento do capital social – tipicamente, o acúmulo de capacidade para permitir que indivíduos e comunidades trabalhem juntos. De acordo com North, o componente institucional de capital social envolve leis formais assim como compreensões informais ou tradicionais que governam o comportamento, enquanto o componente organizacional está englobado em indivíduos e comunidades operando nesses arranjos institucionais (North, 1990). A quantidade e a qualidade de interações sociais subjacentes à existência humana (incluindo níveis de confiança mútua e normas e valores sociais compartilhados) determinam o estoque de capital social. Dessa maneira, o capital social cresce com o maior uso e desgasta por desuso, ao contrário do capital econômico e ambiental, que são depreciados ou

exauridos pelo uso. Observamos que algumas formas de capital social podem ser prejudiciais (por exemplo, cooperação entre gangues criminosas).

Existe também um elemento importante de equidade e redução de pobreza. Assim, a dimensão de desenvolvimento inclui estratégias protetoras que reduzem a vulnerabilidade, aumentam a equidade e asseguram que as necessidades básicas sejam atendidas. O desenvolvimento social futuro irá requerer instituições sociopolíticas que podem se adaptar para enfrentar os desafios da globalização. Normalmente, o último enfraquece os mecanismos de enfrentamento tradicionais que evoluíram no passado (especialmente para proteger os grupos menos favorecidos).

A sustentabilidade social é um paralelo à sustentabilidade ambiental. A redução da vulnerabilidade e a manutenção da capacidade de sistemas socioculturais resistirem a choques também é importante. Reforçar capital humano (através da educação) e fortalecer os valores sociais, instituições e governança são aspectos fundamentais. Muitas mudanças prejudiciais ocorrem lentamente e seus efeitos a longo prazo são muitas vezes negligenciados na análise socioeconômica. Preservar o capital cultural e a diversidade em todo mundo, fortalecer a coesão social e reduzir os conflitos destrutivos são elementos integrais desta abordagem. Um aspecto importante envolve a capacitação e participação mais amplas através da subsidiariedade, isto é, a descentralização da tomada de decisão para o nível mais baixo (ou mais local) em que ainda é eficaz. Em resumo, para os sistemas ecológicos e socioeconômicos, a ênfase está na melhoria da saúde do sistema e sua capacidade dinâmica de se adaptar à mudança através de uma gama de escalas espaciais e temporais, mais do que a conservação de algum estado estático “ideal”.

O desenvolvimento sustentável poderia ser definido como desenvolvimento (melhoria da qualidade de vida) em direção à equidade, liberdade, saúde, segurança, educação, etc. enquanto permanece nos limites da capacidade de carga ambiental (Bartelmus, 1994; Wackernagel & Rees, 1996).

A educação é um fator importante no desenvolvimento social, porque está relacionado ao empoderamento individual (Mowforth & Munt, 1998). A pobreza é vista normalmente como uma barreira para o desenvolvimento sustentável e a causa principal da degradação ambiental.

As opções das comunidades famintas podem ser limitadas e levadas à sobre-exploração de recursos naturais, uma vez que a sua sobrevivência pode estar limitada aos recursos disponíveis (WCED, 1987; Elliot, 1998).

2.1.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

O progresso econômico normalmente é avaliado em termos de bem-estar (ou utilidade) – medido como disponibilidade para pagar por bens e serviços consumidos. Portanto, muitas políticas econômicas normalmente buscam aumentar a renda e induzir a produção mais eficiente e o consumo de bens e serviços. A estabilidade de preços e empregos estão entre outros objetivos importantes.

A eficiência econômica ajuda a maximizar a renda. É medida em relação ao ideal da otimalidade de Pareto o qual encoraja ações que melhoram o bem-estar de, no mínimo, um indivíduo sem deteriorar a situação de outro. A economia perfeitamente competitiva e idealizada é um importante (ótimo de Pareto) benchmark, onde os preços de mercado têm uma função importante tanto na alocação de recursos produtivos quanto na maximização de resultados e também assegurando opções de consumo ótimo que maximizam a utilidade do consumidor. Se as distorções econômicas significativas estiverem presentes, os preços virtuais podem ser usados. O critério de custo-benefício bem conhecido aceita todos os projetos cujos benefícios líquidos sejam positivos (isto é, os benefícios agregados excedem os custos). Está baseado na condição mais fraca “quase” Pareto que assume que tais benefícios líquidos poderiam ser redistribuídos de ganhadores potenciais a perdedores- não deixando ninguém mais pobre do que anteriormente. De forma mais geral, as comparações interpessoais de bem-estar são repletas de dificuldades – dentro e fora das nações e ao longo do tempo (por exemplo, o valor da vida humana).

A sustentabilidade econômica busca maximizar o fluxo de renda que poderia ser gerado enquanto, no mínimo, mantém o estoque de bens (ou capital) que produz esses resultados benéficos (Hicks, 1946). A eficiência econômica continua a otimizar a produção e o consumo. Os problemas aumentam na identificação dos tipos de capital a serem mantidos (por exemplo, produzido, natural, humano e capital social) e sua substituíbilidade. Normalmente, é difícil valorar esses bens (especialmente os recursos

sociais e ecológicos) e os serviços por eles fornecidos. Mesmo os bens econômicos-chave podem ser negligenciados, especialmente em situações onde as transações que não se baseiam no mercado são importantes. Enquanto isso, a equação do bem-estar com o rendimento monetário e o consumo tem sido desafiada por muitos anos. Mais recentemente, pesquisadores (tais como Maslow) identificaram hierarquias de necessidades que fornecem satisfação psíquica, além de meros bens e serviços (Maslow, 1970).

As questões de incerteza, irreversibilidade e colapso catastrófico apresentam dificuldades adicionais para determinar caminhos de desenvolvimento dinamicamente eficientes. Muitas abordagens microeconômicas comuns confiam na análise marginal (por exemplo, custos incrementais e benefícios das atividades econômicas) que assumem sem problemas as alterações das variáveis. Elas são inapropriadas para analisar as grandes alterações, os fenômenos descontínuos e transições bruscas entre os múltiplos equilíbrios. Os trabalhos recentes começaram a explorar o comportamento de sistemas de grande porte, não lineares, dinâmicos e caóticos, e os conceitos como a vulnerabilidade e resiliência do sistema.

O desenvolvimento econômico deve incorporar os limites ecológicos e ser responsável por suas atividades para atingir a sustentabilidade (Wackernagel & Rees, 1996; Sum & Hills, 1998). O desenvolvimento econômico sustentável poderia ser definido como

“... reconhecimento da escassez de capital natural, enquanto produz um suprimento contínuo de bens e serviços.” (Bartelmus, 1994)

Em outras palavras, a atividade econômica que não esgota sua base de recursos, assim pode continuar a permanecer no negócio.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

O século XX foi protagonista temporal de uma exploração nunca vista anteriormente de recursos naturais com o objetivo de incentivar o desenvolvimento econômico criando graves problemas ambientais que se refletiram em todo mundo. O impacto da atividade humana assumiu proporções que estão originando grandes desastres naturais. Atualmente, o nosso sistema está voltado para satisfação das necessidades pessoais em detrimento do meio ambiente.

O desenvolvimento baseado em indicadores econômicos, no consumo privado, nas exportações e importações e nos investimentos e custos do Estado não deve ser valorizado em detrimento dos indicadores de qualidade. Algumas ações, como a exploração dos recursos e o tratamento desigual dado aos cidadãos, resultaram em injustiças a nível social e ambiental.

Atualmente, as iniciativas como resposta à crise global são notórias. Os movimentos coletivos têm ganhado força para responder a problemas comuns, como distribuição de alimentos, luta pela manutenção dos postos de trabalho, ações de responsabilidade social e etc. No entanto, os investimentos massivos voltados para a sustentabilidade de bancos, multinacionais e interesses privados a favor do interesse comum e pela manutenção dos empregos não é uma resposta ao desenvolvimento sustentável. São necessárias mudanças de paradigmas para que esta crise não aumente a concentração de riqueza e a injustiça no desenvolvimento e na busca pela equidade social.

É deste modo que a Economia Solidária mostra um caminho alternativo e sustentável em que o indivíduo não é apenas um número e a natureza não é um bem privado.

2.2.1 DEFINIÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária emergiu na América Latina em meados dos anos 80 e ganhou força na década de 1990 como uma convergência de três tendências sociais. Primeiro, a exclusão econômica vivenciada pelos segmentos crescentes da sociedade, gerada pelo agravamento da dívida e pelas políticas de ajustamento estrutural que forçaram muitas comunidades a desenvolver e fortalecer formas criativas, autônomas e localmente enraizadas de satisfazer as suas necessidades essenciais. Segundo, um crescente

descontentamento com a economia de mercado prevalecente introduziu novas formas de subsistência e prestação de serviços, caracterizados pela cooperação, autonomia e autogestão participativa. A terceira tendência trabalhou para conectar as duas bases em ascensão da economia solidária para obter um maior meio socioeconômico, identificando projetos econômicos baseados na comunidade como elementos chave de uma organização alternativa social (Miller, 2005).

A Economia Solidária encontra-se em consonância com os princípios associados a outras práticas alternativas, tais como o comércio justo, serviços de proximidade, empresas de inserção, marketing social, responsabilidade empresarial e etc. Entretanto, seu âmbito e multiplicidade levam a uma diversidade de novas práticas promotoras de novos valores e novas formas de funcionamento econômico diante do mercado, instituindo redes de intervenção coletiva e cooperação entre os vários setores da sociedade: público, privado e social.

A Economia Solidária estabelece as bases e fundamentos para uma outra globalização, mais equilibrada e mais solidária com os outros e com a natureza. Também pode ser definida como um conjunto de atividades econômicas geridas democraticamente como resposta aos problemas sociais, onde os interesses humanos prevalecem sobre os interesses materiais e econômicos (Laville, 2005). A economia solidária também pode ser definida como “uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão. Trata-se de um enfoque baseado na supremacia do indivíduo e da sua capacidade de realização, mas de um indivíduo capaz de apoiar e ser apoiado por outros e de reconhecer restrições à sua liberdade perante os direitos dos demais. Nesse sentido, pretende incidir sobre as relações sociais consubstanciadas nos intercâmbios econômicos, garantindo que estejam de acordo com os direitos e obrigações de todos os envolvidos. A lógica da economia solidária é a procura da satisfação das necessidades e não apenas o acumular de lucros.” (França, 2003)

Além disso, o termo "economia solidária" abrange elementos como a sustentabilidade, o meio ambiente, a diversidade cultural, o desenvolvimento local, a competitividade, a boa governança, a eficiência e uma outra mundialização (Boulianne, 2003; Demoustier, 2004, citados em Ramos).

Com essa definição, assume-se claramente que a Economia Solidária é divergente da economia capitalista e do neoliberalismo dos mercados, criando condições para tornar o sistema mais equitativo. Também está focada no desenvolvimento do coletivismo e das relações humanas, por esse motivo possui um conceito em que existem obrigações e direitos. Além disso, a economia solidária é considerada uma tecnologia social, pois gera empregos e promove o desenvolvimento sustentável em locais onde há uma grau elevado de pobreza e exclusão social.

Miller (2010) enfatiza que a economia solidária é um processo organizacional estratégico em todos os aspectos da vida econômica, mais do que o modelo econômico estrutural. A figura abaixo mostra um mapa do cenário da economia solidária.

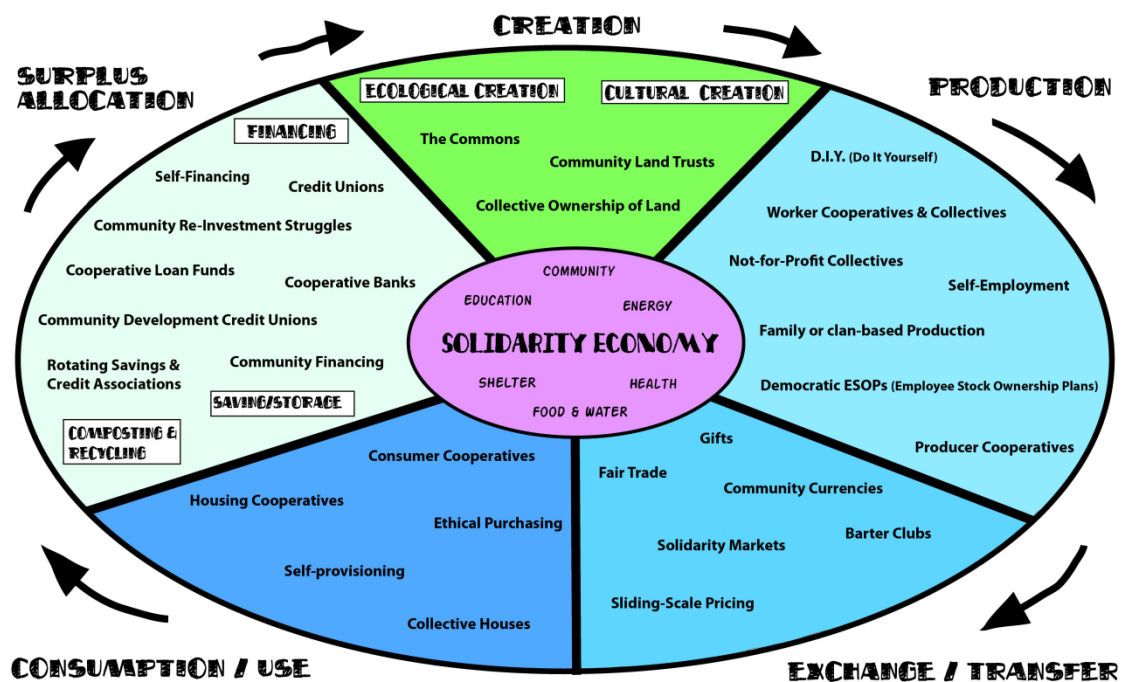


Figura 2. Mapeamento da Economia Solidária (Ethan Miller, 2010)

Para identificar as relações e as atividades econômicas diversas, é importante visualizar as economias como fluxos interconectados formados de diferentes momentos ou esferas de atividade e para examinar quais os tipos de cooperativas e formas de organização econômica baseados na solidariedade já existem em cada esfera. Algumas questões a serem consideradas como, por exemplo, onde as pessoas, em uma economia diversa, estão engajadas em atividades e relações que incorporam valores de solidariedade,

cooperação, equidade, sustentabilidade, democracia e pluralismo. Além disso, quais os tipos de relações econômicas podem abrir espaço para o reconhecimento e o aprofundamento desses valores em nossas comunidades e nas nossas sociedades. Para explicar melhor essas questões levantadas, é importante fazer uma análise através de lentes econômicas diversificadas que nos permite ver infinitas possibilidades em cada esfera econômica (Miller, 2010):

- **Criação:** aqui, encontra-se o que se pode chamar de “criação ecológica” e “criação cultural”. A criação ecológica envolve os processos da Terra – nascimento, crescimento, fotossíntese, respiração, transformação geológica e química, etc. – que são os “pontos originais de produção” e sustentam e geram toda a vida e cultura. A responsabilidade moral para honrar e compartilhar esses “presentes do mundo” coletivos é o ponto de partida chave para uma perspectiva da economia solidária. Da mesma forma, a criação cultural oferece recursos como linguagem, histórias, música, ideias e habilidades. Gerados e transformados ao longo de milhões de anos através da criatividade coletiva, imaginação, intuição, observação e experimentação, são presentes passados dos nossos ancestrais e devem ser compartilhados e mantidos em confiança mútua.
- **Produção:** aqui podemos identificar estruturas tais como cooperativas de trabalhadores, organizações democráticas sem fins lucrativos, cooperativas de produtores populares, formas de produção local, auto-empregos e auto-suprimento (caça, pesca, horticultura, limpeza e projetos “do it yourself”- em que existe a participação da população), e a prestação de cuidados da família e da comunidade. Nós também devemos examinar as possibilidades para transformar determinadas formas “convencionais” de organização produtiva, tais como empresas estatais e municipais em instituições mais robustamente cooperativas e democráticas.
- **Transferência e Troca:** formas de troca solidária incluem moedas comunitárias, redes de trocas, comércio justo, “mercados solidários” e o uso de preços de escala móvel. A transferência também ocorre através de movimentos unidirecionais tais como tributação progressiva/redistributiva e reapropriação a estilo “Robin Hood” (conhecida por aqueles cujos recursos excessivos são

apropriados como “roubo”). As economias da doação, em que a reciprocidade é estabelecida através da doação sem expectativa de retorno, também são meios poderosos e generalizados de transferência de recursos.

- **Consumo ou Uso:** exemplos incluem cooperativas de consumo, cooperativas de habitação, auto-suprimento coletivo, iniciativas agrícolas apoiadas pela comunidade e instituições de cidadania participativa, estadual e municipal democrática (orçamento participativo, conselhos do bairro, etc). Aqui, podemos identificar várias formas de “consumo ético” que animam práticas de compra de comércio justo, local e ecológico e políticas institucionais de compra “socialmente responsável”.
- **Alocação do excedente:** aqui, temos instituições de financiamento de economias tais como cooperativas de crédito, fundos de empréstimo cooperativo, associações de crédito rotativo e economias, práticas de compartilhamento e doação. Também temos atividades de compostagem e reciclagem (também formas de investimento) que envolvem o retorno de excedente de material para o sistema produtivo humano e para o sistema de vida maior.
- **Governança:** aqui podem ser incluídos elementos de governança empresarial e organizacional (tomada de decisões democráticas, responsabilidade popular, cooperativa e estruturas econômicas internas equitativas, etc) ou políticas e procedimentos implementados pelos governos locais, estaduais ou federais (orçamentos participativos, provisão de serviços estruturados e forma cooperativa, suporte financeiro, incentivos, estruturas legais favoráveis, etc).

2.2.2 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária busca reverter a lógica do capitalismo em que a quantidade de pessoas que tem acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta de forma rápida a quantidade de pessoas que só conseguem compartilhar a pobreza e a falta de esperança, precisando de benefícios públicos para atender suas necessidades mais básicas (Singer, 2002).

Esse tipo de economia gera trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, tornando-as mais democráticas e superando a subordinação do trabalho em relação ao capital. Ao mesmo tempo, gere as bases de novo sistema socioeconômico capaz de integrar de forma solidária toda a sociedade, promovendo as liberdades públicas e pessoais eticamente exercidas e a paz entre os povos e coletividades, constituindo os fundamentos econômicos de uma globalização humanizadora, seguindo um caminho para o desenvolvimento sustentável na qualidade de vida de cada pessoa e de todos os povos (Aiub, 2009).

Os princípios fundamentais da Economia Solidária são: autogestão, cooperativa, solidariedade e ação econômica.

2.2.2.1 AUTOGESTÃO

Um dos princípios fundamentais da Economia Solidária é a autogestão em que se busca o trabalho da gestão coletiva das empresas e das suas atividades, ultrapassando a visão da gestão hierárquica usada pelas empresas capitalistas em que impede o desenvolvimento das potencialidades das pessoas.

Para Singer (2002) o modelo de autogestão é que define se um empreendimento é solidário ou não, pois essa é a forma de realizar os princípios de solidariedade, igualdade, participação e cooperação nas atividades econômicas.

As características da autogestão são: posse coletiva dos meios pelos quais os indivíduos exercem a atividade econômica (produção, poupança, serviços, etc.); gestão democrática e igualitária do empreendimento através do princípio “um membro igual a um voto” e, sendo, assim, o órgão máximo de decisões é a assembleia geral; divisão dos ganhos e perdas financeiras da empresa de forma igualitária ou por critérios acordados pelo coletivo, e recusa ao assalariamento permanente (Azambuja, 2009). Por essas características, o modelo autogestionário ofereceria as condições para que os trabalhadores incorporassem valores ideológicos diferentes e até mesmo opostos daqueles presentes nas relações sociais e econômicas capitalistas:

“Tanto a autogestão como a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, mas seria vão tentar compará-las para descobrir qual delas é a melhor. São duas modalidades diferentes de gestão econômica que servem a fins diferentes. A heterogestão parece ser

eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam. A autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam.”(Singer, 2002). Assim, para Azambuja (2009), a autogestão, nesta perspectiva, não é apenas uma modalidade técnica de organização e gestão. Ela seria a soma de práticas e saberes orientados por princípios e valores (solidariedade, igualdade, cooperação, autonomia, participação, democracia, viabilidade econômica, etc.).

2.2.2.2 COOPERATIVA

As primeiras cooperativas surgiram aproximadamente em 1826 como resposta ao aumento da pobreza causada pela mudança de camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das primeiras fábricas do capitalismo industrial.

No ano de 1844 foram fundadas as cooperativas de Rochdale que tinham como principal objetivo combater a miséria causada pelos salários baixos e péssimas condições de trabalho nas fábricas através da busca coletiva por bens de consumo baratos e de boa qualidade para os trabalhadores.

Todo o movimento cooperativo ainda usa os princípios de Rochdale que são: 1. O vínculo aberto e voluntário, pois, as cooperativas estão sempre abertas a novos membros. 2. O controle democrático por parte dos membros. 3. As decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa. 4. A participação econômica dos membros; tanto como prioritários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proventos. 5. A autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações. 6. O compromisso com a educação dos membros da cooperativa para lhes facultar uma participação efetiva. 7. A cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais. 8. A contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa. (Santos, 2002)

Em síntese, como prática econômica, o cooperativismo, e também a economia solidária, inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade (Santos, 2002).

2.2.2.3 SOLIDARIEDADE

A solidariedade é um dos elementos que embasa a construção de uma nova ética sustentada nos mesmos critérios que fundamentam o desenvolvimento sustentável (Sachs, 1993): equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica, sendo tais critérios indissociáveis quando se busca uma sociedade sustentável.

Para atingir a sustentabilidade econômica, a solidariedade deve ter um papel fundamental na transição para um novo modelo de desenvolvimento em que seja permitida a adequada distribuição de riquezas e onde o equilíbrio social e ambiental sejam pressupostos para todas as atividades humanas (Jesus e Sparemberger, 2009).

Dessa forma, a solidariedade pode ser expressa em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (Ministério do Trabalho e do Emprego do Governo do Brasil).

2.2.2.4 AÇÃO ECONÔMICA

A economia solidária tem como característica combinar dinâmicas de iniciativas privadas com propósitos centrados não no lucro, mas no interesse coletivo. A razão econômica é acompanhada por uma finalidade social que consiste em produzir vínculos sociais e solidários, baseados numa solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estariam, assim, no âmago da ação econômica (Polanyi, 2000). Assim, a economia solidária tem como desejo combinar os princípios econômicos identificados

no trabalho de Polanyi: mercado autorregulado, redistribuição, reciprocidade e administração doméstica.

Para França Filho e Silva Junior (2005), estes podem se resumir a três formas com o novo arranjo destes princípios econômicos nos tempos modernos, através da apresentação de um novo sistema jurídico e político que regula as relações de trabalho-considerado meio fundamental de produção e distribuição de riquezas. Dessa forma, temos de modo especificado:

a) uma economia mercantil - fundada no princípio do mercado autorregulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica recíproca;

b) uma economia não mercantil - fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;

c) uma economia não monetária - fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dívida, tal como formulada/descrita por M. Mauss (1974). A dívida compreende três momentos: aquele do dar, do receber e do retribuir.

Sendo assim, a economia solidária caracteriza-se pelo emprego simultâneo dos três princípios anteriormente citados com o objetivo de alcançar os seus objetivos: livre associação entre as pessoas em torno de um projeto coletivo; criação de atividades geradoras de empregos; afirmação dos valores de coesão e de solidariedade, caracterizando o emprego simultâneo (Brum, 2003).

2.3 SUGESTÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Economia Solidária vem se solidificando como uma alternativa de desenvolvimento aos modelos de exploração da economia capitalista. Entretanto, esse tipo de economia não atua fora do capitalismo e do mercado formal pois busca, dentro da realidade existente, alternativas de desenvolvimento baseado em valores mais humanos, na autonomia dos trabalhadores, em práticas sociais e ambientais mais sustentáveis.

Dessa forma, esse novo modelo econômico sugere algumas iniciativas de caráter nacional e local com o objetivo de atingir o desenvolvimento sustentável, dentre elas:

1. Criação de Bancos Sociais para o Desenvolvimento

Para Paul Singer (2007), “o acesso ao capital por empreendimentos de Economia Solidária é o grande desafio dessa economia, pois o sistema financeiro é antipobre, tradicionalmente. O sistema financeiro formal está muito voltado aos grandes clientes, sejam governos ou empresas. Há um dito que banco só empresta para quem não precisa. Isso é verdade, porque quem precisa mais é quem não tem como garantir que vai devolver o que tomou emprestado; então o sistema exclui os pobres. Toda uma luta contra a exclusão financeira está sendo travada pela economia solidária. O microcrédito é uma das armas principais”. Por isso, a criação de banco de interesse comum que foca na concessão de créditos (incluindo microcrédito) para empreendimentos visando a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária é importante. Os créditos concedidos por esses bancos podem ser para consumo – em moedas sociais – ou para produção – na moeda do país. Quando concedem crédito nas cédulas locais, muitos bancos não cobram juros e no outro caso, os juros estão abaixo daqueles cobrados por outros bancos (Portal IG).

Os bancos sociais, bancos comunitários ou cooperativas de crédito são projetos de apoio à economia popular em locais onde o Índice de Desenvolvimento Humano é baixo e prestam serviços de apoio financeiro solidário em redes associativas e comunitárias (Melo Neto, 2005).

Além disso, a criação de uma moeda social é importante para a comunidade porque permite a maior circulação de riquezas na comunidade, aumentando, dessa forma, as transações econômicas e possibilitando o desenvolvimento econômico local (Melo Neto, 2005).

2. Criação de Produtos de Comércio Justo

No comércio justo, os consumidores são sensibilizados a escolher produtos oriundos da economia social, familiar (empresas familiares), produção biológica e tradicional.

Em um mercado dominado por grandes corporações, as chances de pequenas comunidades produtoras terem sucesso são mínimas (Aragonez, 2008). Os pequenos produtos passam a ser vítimas dos atravessadores que compram seus produtos por preços baixos e injustos, como resultado há o aumento da pobreza, violência e degradação ambiental (Maria Clara, 2010).

Com a criação de produtos de mercado justo e a conscientização da população passa a existir o apoio às bases produtivas, o desenvolvimento do mercado de um ponto de vista comercial e a criação de um mercado consciente e ético em detrimento de um sistema comercial injusto e excludente (Nebel; Kaufmann; Munoz; Neves; Santos, 2009).

3. Criação de Cooperativas

As cooperativas visam a melhoria de condições sociais e comunitárias e não apenas a melhoria das condições de vida de seus associados, atuando com mecanismos que incentivem a integração do cooperativismo com a comunidade onde se encontra.

Dessa forma, a economia solidária propões a criação de cooperativas de produtos de pequenos e médios produtos (incluindo economia social e familiar). No caso das cooperativas de alimentos, tem como objetivo fortalecer a produção agrícola e combater a desertificação, ao mesmo tempo em que gera renda, cria empregos e preserva a biodiversidade (Melo Neto, 2005).

4. Certificação e Valorização das Atividades Econômicas

É importante o reconhecimento dos produtos e serviços da economia solidária através da sua certificação e valorização. As entidades que geram riqueza sustentável (preservam o meio ambiente, apoiam a geração de empregos e não têm como objetivo principal a criação de riqueza privada) devem ter apoio do Estado através de políticas públicas, pois contribuem para o desenvolvimento local (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2008).

É essencial que exista um novo modelo de desenvolvimento em que haja financiamentos justos, fontes de financiamento para novos empreendimentos que respondam tanto à demanda do mercado quanto às necessidades humanas e do planeta; em que os bancos procurem o desenvolvimento de forma transparente; e os produtos e serviços sejam certificados pela sua contribuição para o desenvolvimento sustentável e valorizados pelo Estado e cidadãos. Dessa forma, segundo a Economia Solidária, a riqueza gerada nesse sistema será gerada de forma humana e universal em detrimento da riqueza material e individual.

Diante da teoria empreendida até o momento, torna-se oportuno apresentar uma experiência concreta de demonstração do conceito de economia solidária na realidade. O caso apresentado a seguir incorpora práticas de economia solidária em um contexto de luta política para a construção de um bairro.

3. METODOLOGIA

3.1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Para este estudo, foi escolhida a pesquisa exploratória (descritiva), onde o objetivo é procurar padrões, ideias ou hipóteses, em vez de testar ou confirmar uma hipótese. Uma técnica usada na pesquisa exploratória inclui o estudo de caso, uma técnica bastante flexível, pois existem poucas limitações quanto à natureza das atividades aplicadas e ao tipo de dados reunidos (Patton e Appelbaum, 2003).

Através do estudo de caso, o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, um processo com foco nos fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real, em uma ou mais empresas, ou partes delas; o pesquisador interfere na pesquisa e tem pouco controle sobre os eventos; são coletadas informações utilizando-se uma variedade de ferramentas de coleta; estudos organizacionais e gerenciais fazem parte do escopo do uso desta estratégia de pesquisa (Yin, 2005). O objetivo é que o ambiente em estudo possa validar o comportamento das questões do processo científico, em relação ao objeto de estudo. No “estudo de caso”, as questões da pesquisa centram no “como” ou no “porquê” e a estratégia é abrangente, recorrendo a várias fontes de evidência e a diversas triangulações de dados (idem).

Em resumo, este estudo seguirá uma linha exploratória descritiva com foco na obtenção de insights e familiaridade com a área de assunto de economia solidária e desenvolvimento sustentável. A técnica utilizada será o estudo de caso, buscando oferecer dados qualitativos. Pelo fato do método qualitativo ser mais subjetivo, envolverá o exame e a reflexão de percepções no entendimento prático do Banco Palmas, como um instrumento solidário para o desenvolvimento sustentável da comunidade do Conjunto Palmeiras.

Na prossecução do estudo, foi equacionada uma questão de investigação central. A questão pretende averiguar se os conceitos da Economia Solidária ajudam na promoção do desenvolvimento sustentável centrando a análise do Banco Palmas, um exemplo que usa os princípios dessa economia.

Q- A Economia Solidária pode ser um novo modelo para obter um desenvolvimento sustentável, considerando que seu conceito é instrumento de

gestão que visa a sustentabilidade dos setores e que contribui para a promoção do bem-estar comum.

3.2 APRESENTAÇÃO DO CASO

O *Banco Palmas* é um banco comunitário que surgiu através da união dos moradores do Conjunto Palmeiras, periferia de Fortaleza, capital do estado do Ceará com cerca de 32.000 habitantes. Foi desenvolvido um sistema econômico com uma linha de microcrédito alternativo (para produtores e consumidores), ferramentas de incentivo para o consumo local (cartão de crédito e moeda social) e novas formas de comercialização (feiras, lojas solidárias) promovendo a criação do trabalho local e a geração de renda. Para Melo Neto e Magalhães (2007), “o Banco Palmas é um programa de desenvolvimento local que vai muito além do simples ato da concessão do microcrédito. Tem início com a capacitação e empoderamento dos moradores, despertando a sensibilidade para a solidariedade e a colaboração enquanto estratégia de um modelo de desenvolvimento justo e solidário”.

3.3 RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Segundo Yin (2005), uma das principais vantagens dos estudos de caso é o recurso a múltiplas fontes de dados. Moore (1983), citando Yin, refere que os estudos de caso que recorrem a múltiplas fontes de evidências são mais valorizados, em termos de qualidade, do que aqueles que apenas são suportados por uma única fonte de informação. Yin (2005) afirma ainda que o estudo de caso não implica nenhuma forma particular de recolha de dados, os quais podem ser quantitativos e qualitativos, mas sim o uso de múltiplas fontes de evidência, convergindo para o mesmo conjunto de questões (Coutinho e Chaves, 2002).

Dessa forma, foram utilizadas várias fontes de dados, como: pesquisas em livros, revistas, teses e dissertações, e outras publicações em bibliotecas físicas e virtuais.

Quanto aos dados sobre o Banco Palmas foram recolhidos no seu website, em jornais e revistas locais, na Internet e em pesquisas realizadas pelo Governo Federal e a

Universidade Federal do Ceará, em conjunto com alguns artigos e publicações escritos, principalmente, pelo responsável do Banco: Sr. Joaquim Melo Neto.

Após a organização do banco de dados do estudo, será realizada a análise dos dados através do cruzamento de todas as informações coletadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O INÍCIO DO BANCO PALMAS

O Banco Palmas surgiu no Conjunto Palmeiras em 1998. No entanto, suas origens remontam de 1973 quando os primeiros habitantes começaram a chegar na região como resultado dos despejos realizados principalmente na região litorânea, por causa da execução do plano de urbanização da cidade. Essa população foi deslocada para uma região extremamente inadequada para o convívio humano.

Em 1981, foi fundada a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP). A ASMOCONP é uma organização popular, que tem a missão institucional de *promover o desenvolvimento – econômico, social e ambiental – sustentável da comunidade do Conjunto Palmeiras*. A Associação encontra-se articulada em três planos de atuação: “o político, no sentido da mobilização e participação das pessoas em torno de questões públicas; o social, ao reforçar a base das relações de convivência entre os moradores; e o econômico, a partir das várias atividades produtivas que são empreendidas”. Nos últimos anos a ASMOCONP vem atuando nas seguintes áreas: economia popular e solidária, capacitação, organização comunitária e desenvolvimento urbano (França; Silva Júnior, 2006). A partir daí, a situação começou a mudar, pois com as mobilizações populares e parcerias, iniciou-se o processo de melhoria da infraestrutura local (Melo Neto, 2002).

Através das mobilizações populares e a parceria com organizações não governamentais estrangeiras e instituições do governo, a Associação foi gradualmente construindo o bairro. Em 1988, conseguiu a implantação das redes de água encanada e energia elétrica. Em 1990, através de mutirão, construiu 1.700 metros de canal de drenagem e, dois anos após, organizou os moradores por quadras e implantou a rede de esgotamento sanitário (PRORENDA, 2000).

Segundo Melo Neto (2002), “apesar dos avanços na infraestrutura local, foi realizada uma pesquisa em 1997 pela Associação dos Moradores e constatou-se que a fome e a pobreza eram devastadoras no bairro. Da sua população economicamente ativa, 90% tinha renda familiar abaixo de dois salários mínimos (US\$ 100), 80% estava desempregada e os pequenos produtores não tinham como trabalhar devido à falta de

acesso ao crédito e à ausência de uma estratégia de comercialização de seus produtos”. Assim, eles se depararam com uma complexa questão “Como gerar renda em uma comunidade com elevado nível de pobreza?” (Melo Neto; Magalhães, 2007).

Durante esse ano a Associação realizou várias pesquisas, reuniões e seminários com a população local e ficou constatado que existiam pessoas com várias habilidades (confeção de roupas, artesanato, alimentação e etc.), mas não conseguiam obter crédito por não preencherem os pré-requisitos dos bancos. Além disso, aqueles que tinham negócios no bairro estavam com dificuldades porque os moradores compravam fora do bairro (Melo Neto; Magalhães, 2007).

Nesse contexto, em janeiro de 1998, a Associação dos moradores criou o Banco Palmas que tinha como objetivo fornecer microcrédito para produção e consumo local. Essa iniciativa teve o apoio de organizações não governamentais, como a Cearah Periferia que emprestou o capital inicial de R\$ 2.000,00 (cerca de US\$ 1.300,00). Segundo Melo Neto (2003), coordenador e fundador do Banco Palmas, a ideia era um projeto de geração de trabalho e renda que estimularia a produção local através de uma linha de financiamento (microcrédito) e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio. O objetivo do Banco Palmas seria assegurar microcréditos para a produção e consumo locais, a juros baixos, sem exigir consultas cadastrais ou comprovação de renda. Dessa forma, a prioridade é a circulação de riqueza por meio da comercialização de produtos e serviços oriundos dos trabalhadores locais, e o Banco Palmas estimula atividades que envolvem prossumidores, ou seja, os que simultaneamente produzem e consomem. (Anexo A)

As três características principais dessa iniciativa são: o banco é gerido pela comunidade local; existe um sistema integrado de desenvolvimento local que promove crédito, produção, comercialização e treinamento; e a moeda local (Palmas) que complementa a moeda oficial (Real) e é aceita e reconhecida pelos produtores, comerciantes e consumidores locais, criando um mercado solidário e alternativo entre as famílias.



Figura 3. Estratégia do Banco Palmas (<http://www.bancopalmas.org.br>)

A implementação dos programas de desenvolvimento local do Banco Palmas e da Associação de Moradores segue a lógica da inclusão social e fundamenta-se em dois eixos, o social e o econômico. Pelo lado social, este processo de inserção, materializa-se por meio de atividades sensibilizadoras de formação e capacitação em Economia Solidária com vistas a estimular a organização e reintegração social de produtores e consumidores que ocorre através da Incubadora de Mulheres e da Escola de Socioeconomia Solidária Palmatech (Anexo B). E pelo lado econômico, acontece por meio do Laboratório de Agricultura Urbana (LAU) e do Palmoricó que oportunizam a geração de fontes alternativas de renda, a fim de acalorar a economia no território. Estas atividades contribuem efetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, para o aumento do uso da moeda social e para o empoderamento dos recursos da própria comunidade (França; Silva Júnior, 2006). Também é importante salientar que o Banco busca a conscientização contínua da população acerca da preservação do meio ambiente e do uso consciente dos recursos naturais.

O Banco Palmas trabalha com outras iniciativas que visam o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida das populações carentes, entre elas: a moeda social, o microcrédito, o apoio à mulher e o estímulo ao capital social.

4.2 MICROCRÉDITO E MOEDA SOCIAL

Um dos instrumentos principais do Banco Palmas é o “Sistema Integrado de Microcréditos” que é um sistema financeiro solidário, adaptado à realidade da comunidade, que atua de forma integrada nos quatro pontos da cadeia produtiva, quais sejam: capital solidário, produção sustentável, consumo ético, comércio justo (Melo Neto; Magalhães, 2007). (Anexo C).

O microcrédito é usado por várias iniciativas da economia solidária como agente de desenvolvimento, podendo-se citar como exemplo as cooperativas de crédito.

“O Banco Palmas adota uma política de créditos evolutivos com juros evolutivos. Este método visa garantir a distribuição da renda, pois um associado que tem mais paga maiores juros subsidiando quem tem menos (Melo Neto; Magalhães, 2007).”

No quadro abaixo, encontram-se as taxas e os valores cobrados para os montantes máximos de créditos que se pode acessar no Banco Palmas.

Créditos	\$	Juros ao mês
1o Crédito	Até 300	2%
2o Crédito	Até 500	2,5%
3o Crédito	Até 1000	3%

Quadro 1. Taxas e valores cobrados para os montantes máximos de crédito (Melo Neto e Magalhães, 2007)

É necessário ser morador do bairro e sócio da Associação de Moradores para ter acesso aos créditos do Banco Palmas para produção (microcrédito) e consumo (Palmscard). O agente de crédito consulta os vizinhos para possuir o reconhecimento como pessoa responsável. Depois disso, assina um contrato social concordando com o contrato de convivência e comprometendo-se em, sempre que possível, comprar e vender no bairro. O sistema financeiro do banco utiliza o Real e o Palmas que foi criado para estimular o comércio interno. O Palmas funciona como um complemento da moeda oficial, circulando somente dentro do bairro e os créditos podem ser concedidos nas duas moedas. A metodologia para o acesso ao crédito em moeda social é a mesma utilizada para o crédito em reais (Silva Júnior, 2004). No quadro a seguir, apresentam-se as linhas de empréstimos em moeda social Palmas.

Linhas de financiamento em Circulante Palmas	Quem pode acessar	Valor máximo em Palmas	Prazo de pagamento	Taxa de administração
Crédito produtivo	Qualquer morador do bairro que tenha um proposta viável	1.000,00	6 meses	1% do total emprestado
Crédito Consignado	Qualquer trabalhador das instituições e empresas cadastradas	300,00	30 dias	1% do total emprestado
Crédito direto ao consumidor	Qualquer morador do bairro	300,00	60 dias	1% do total emprestado
Crédito para pagamento de contas de água e luz	Qualquer morador do bairro	60,00	30 dias	1% do total emprestado

Quadro 2. Linhas de empréstimo em moeda social Palmas (Melo Neto, 2005)

A moeda local tem o mesmo valor da moeda nacional (1 Palma é igual a 1 Real) permitindo atividades produtivas empreendedoras na comunidade, como comércio, indústria e serviços para trocar a moeda sempre que necessário com o objetivo de repor os estoques de produtos que não são produzidos no bairro. Atualmente, o Palmas é aceito em 240 empresas que oferecem descontos de 2% a 15% a fim de motivarem as pessoas a comprarem com a moeda local.



Figura 4. Frente e verso de uma Moeda Social Circulante Local (Banco Palmas, website)

4.3 APOIO À MULHER- INCUBADORA FEMININA

Algumas iniciativas para desenvolvimento local investem no apoio à mulher, e Yunus e Jolis (2006) justificam o fato de as mulheres serem prediletas para a concessão de créditos “Na prática nós constatamos que as mulheres que vivem na miséria se adaptam melhor e mais rapidamente que os homens ao processo de auto-assistência. Elas são também mais aplicadas, procuram garantir o futuro e revelam uma constância maior no trabalho. O dinheiro quando utilizado por uma mulher numa família, beneficia mais o conjunto dos membros do que quando é utilizado por um homem.”

O Banco Palmas não distingue por gênero, mas é possível ver o seu apoio às mulheres através do projeto Incubadora Feminina visando a reintegração da mulher ao mercado de trabalho através da capacitação e do apoio psicológico. Passados nove meses nesse projeto, a mulher tem acesso a uma linha de crédito para colocar em prática aquilo que aprenderam.

4.4 PALMATECH E ESTÍMULO AO CAPITAL SOCIAL

A Palmatech (Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária) é um espaço, localizado na sede da Associação, que oferece workshops e cursos variados na área de capacitação profissional, gestão de empresas solidárias, criação de redes e instrumentos de Economia Solidária enfatizando a cultura da cooperação. A escola é encarregada pela gestão do conhecimento do Banco Palmas, elaborando materiais pedagógicos, publicações e relatórios (Melo Neto; Magalhães, 2007).

O objetivo da Palmatech é transmitir por meio da capacitação as diversas práticas da economia solidária e desenvolver pedagogias de sensibilização para a cultura da solidariedade, além de difundir a metodologia e os produtos do bairro junto com a estratégia do Palmas de combate à pobreza com o desenvolvimento local (Melo Neto; Magalhães, 2007).

Esta busca pela integração social também pode ser vista nas cooperativas de crédito.

De acordo com Junqueira e Abramovay (2005): “O laço social construído de maneira durável entre a cooperativa de crédito e os associados será determinante no cumprimento da missão institucional. A identificação das redes sociais e dos

entrelaçamentos de convergência de informações para essas redes constitui uma dimensão fundamental da atividade dos dirigentes da cooperativa. O desenvolvimento da cordialidade ou da intimidade nas relações interpessoais, a troca de informações baseada em recomendações e a participação na vida social da comunidade visam a inscrever as relações comerciais num contexto estratégico de trocas sociais.”

4.5 PALMACARD

Segundo os dados do mapeamento realizado em 2002, observou-se que as famílias do Conjunto Palmeiras gastavam mensalmente cerca de R\$ 1.540.251,88 (aproximadamente US\$ 1.100.179, 91) em que cerca de R\$ 1.015.000,00 (aproximadamente US\$ 725.000,00) eram despesas com alimentação. E grande parte desses recursos era utilizada fora do bairro (Melo Neto; Magalhães, 2007).

Dessa forma, com o intuito de estimular a circulação da riqueza no bairro, possibilitar o acesso aos itens que satisfaçam as necessidades básicas emergenciais, tais como gás de cozinha, alimentos e medicamentos, bem como, promover a solidariedade entre os prossumidores e consumidores, e, ainda, elevar o sentimento de autoestima e confiança dos moradores a partir de suas próprias ações geradoras de melhorias na qualidade de vida, foi implementado o cartão de crédito Palmacard na comunidade (Melo Neto; Magalhães, 2007).

O Palmacard pode ter um valor entre R\$ 20,00 (vinte reais) e R\$ 100,00 (cem reais). As compras acima deste valor necessitam de autorização do Banco e podem ser parceladas em até três vezes. O funcionamento do Palmacard tem início na solicitação do morador que é submetida à avaliação do Banco Palmas. Com a obtenção do cartão, o tomador faz suas aquisições no comércio local previamente cadastrado.

Na figura abaixo, nota-se o preenchimento do cartão, que é realizado pelo comerciante no ato da compra. Nesta mesma ocasião, o consumidor assina a fatura de posse do comerciante para que o mesmo possa dirigir-se ao Banco Palmas até o dia 15 de cada mês e garantir o recebimento da parte que lhe é devida, depois de descontada uma taxa de administração de 3%. Na data escolhida para vencimento pelo portador do cartão, o mesmo efetua o pagamento sem juros ao Banco Palmas. Vale ressaltar que não é cobrada anuidade pelo uso do cartão. E o Banco procura garantir a presença de 30% em

reservas bancárias, referente ao valor dos cartões em circulação para garantir o pagamento aos comerciantes mesmo que haja inadimplência (Melo Neto; Magalhães, 2007).



Figura 5. Palmacard (Silva Júnior, 2004)

Cerca de 350 famílias são beneficiadas pelo Palmacard e 189 estabelecimentos estão cadastrados no Banco Palmas para aceitar tal cartão de crédito (Banco Palmas, website). Segundo França e Silva Júnior (2005), o aumento de estabelecimentos cadastrados se deve à conscientização sobre a importância do uso do sistema para o enriquecimento da comunidade como um todo.

Como Melo Neto e Magalhães (2007) relatam, existem alguns desafios a serem solucionados, pois como o sistema não é informatizado, o volume de trabalho para conferir as faturas dos cartões é alto. A substituição do cartão é realizada frequentemente visto que o mesmo é de papel comum. Muitas faturas são preenchidas de forma incorreta pelos comerciantes, já que muitos possuem baixo grau de escolaridade. Embora o percentual de inadimplência seja baixo, o mesmo apresenta-se de forma constante. E devido ao limite da carteira de crédito, poucos cartões encontram-se em circulação.

4.6 UNIDADES DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS SOLIDÁRIOS

Após a criação e estabelecimento do Banco Palmas, a Associação de Moradores se concentrou em criar uma estrutura que garantisse o desenvolvimento generalizado das ações do Banco (anexo B).

Dessa forma, surgiram as unidades de produção e os serviços solidários que são pequenas unidades produtivas, formais e informais, financiadas pelo Banco Palmas,

direcionadas para o atendimento de demandas locais, articuladas em um sistema de rede. Os empreendimentos são independentes e interligados por instrumento e regras de solidariedade do sistema Palmas, sendo acompanhados diariamente pela equipe do Banco (Banco Palmas, website)

Utilizam a logomarca do Banco Palmas que foi criada em 2001 para certificar todos os produtos e serviços originados da atividade do Banco. Abaixo, é possível encontrar a logomarca do Banco onde a palmeira é o símbolo da comunidade, o qual se encontra carregado com a identidade daquele território, de onde vem seu nome, Conjunto Palmeiras (Silva Junior, 2004).



Figura 6. Logomarca do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas (Silva Júnior, 2004)

As referidas unidades, já existentes, atuam nos setores de artesanato, confecções, artigos de couro, material de limpeza, turismo, produtos naturais, transporte alternativo e cultura, conforme descritos no anexo C (França; Silva Júnior, 2005).

As unidades produtivas, todos os programas e o Banco Palmas formam uma rede interativa, o cluster socioeconômico, utilizada para integrar os produtores, consumidores e prestadores de serviço do Conjunto Palmeiras em torno dos grupos setoriais e programas de desenvolvimento, anteriormente descritos. Os objetivos dessa estratégia de ação em rede são gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas; modificar o padrão de consumo de todos os que dela participam; difundir conhecimento em economia popular e solidária; e promover a atuação política como modificadora da realidade social (França; Silva Júnior, 2005).

A coordenação de toda rede é de responsabilidade da Associação de Moradores, mas as unidades possuem determinada autonomia, principalmente nas decisões relacionadas ao que produzir, como comercializar e o que fazer com o lucro. No

entanto, as diretrizes da associação no que se refere à produção e à comercialização (que se inserem na perspectiva da economia solidária e do desenvolvimento local) devem ser obedecidas. Observa-se assim, que as Unidades Produtivas têm seu desempenho relacionado, mais diretamente, a uma ação econômica e isto incorpora uma proximidade maior à atuação do *Banco Palmas*, enquanto promotor das atividades econômico-produtivas da Associação. Além disso, a rede apresenta as unidades se ligando (ver figura 7) aos programas da ASMOCONP como receptoras do conhecimento (ensinado pela Palmatech) e de capital humano (formado pela Incubadora Feminina) (França; Silva Júnior, 2005).

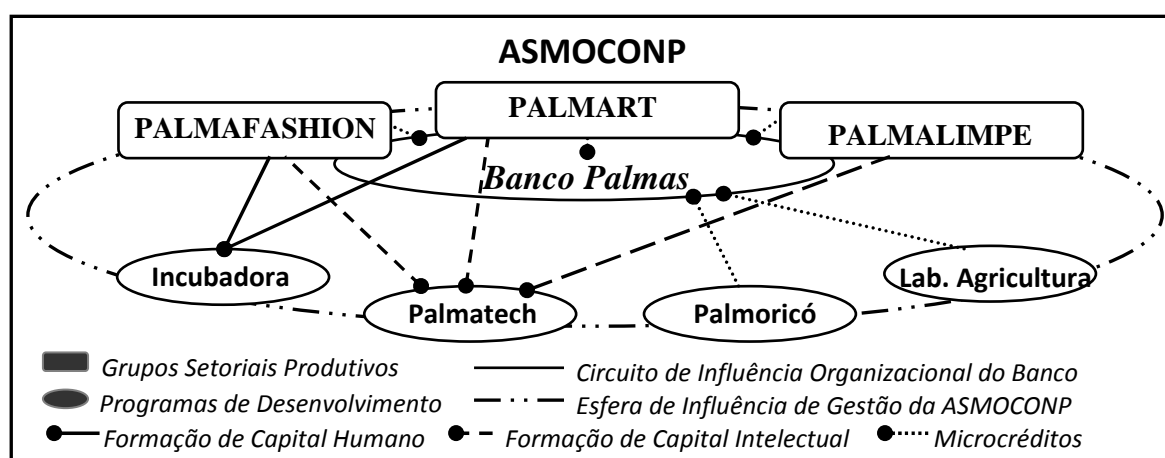


Figura 7. Rede ASMOCONP (França; Silva Júnior, 2005)

4.7 O INSTITUTO BANCO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em junho de 2003, o Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento foi criado a partir dos obstáculos encontrados pelo banco para obter recursos para financiar suas atividades. Com papel distinto da ASMOCONP e do Banco Palmas, o Instituto é responsável pela captação de recursos de fontes públicas governamentais e o fomento de iniciativas que visam fortalecer o movimento da economia solidária no Brasil e/ou no exterior. O fomento e multiplicação da tecnologia social desenvolvida para a implementação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento ocorrem por meio de palestras, capacitação, projetos de elaboração e implementação de metodologias para geração de emprego, renda, assessorias, consultorias e outras atividades que promovam o desenvolvimento local (França; Silva Júnior, 2005).

Segundo Silva Júnior (2004), o Banco Palmas, a ASMONCOP e o Instituto Banco Palmas são organizações distintas na constituição e propósitos, mas similares na gestão e complementares na atuação. Enquanto o Banco Palmas aplica o nome e sua competência na dinâmica da Economia Solidária, a ASMOCONP emprega sua credibilidade conquistada em 23 anos de luta social. E o Instituto Banco Palmas integra o grupo com uma equipe técnica habilitada na temática da economia solidária, do associativismo, da gestão social, do terceiro setor e da responsabilidade social. Este corpo técnico é formado por consultores que já realizaram trabalhos e parcerias com a ASMOCONP, ao longo dos últimos anos. É uma equipe formada por profissionais de várias áreas do conhecimento: Teologia, Sociologia, Serviço Social, Economia Domestica, Nutrição, Psicologia, Economia e Administração.

4.8 OS NÚMEROS DO BANCO PALMAS

Abaixo, encontra-se apresentado os resultados das ações do Banco Palmas nos últimos 5 anos. Dessa forma, é possível analisar o impacto do Banco na comunidade.

AÇÕES	FONTE	2005	2006	2007	2008	2009
Carteira de Crédito em Reais	Banco Popular do Brasil	50.000	120.000	250.000	530.000	700.000
Carteira de Crédito em Palmas	Banco Palmas	3.000	10.000	20.000	25.000	36.000
Inadimplência da carteira de crédito (palmas e reais) acima de 30 dias	Banco Palmas	1,0%	1,8%	2,0%	1,3%	2,5%
Número de pessoas atendidas com crédito produtivo (em reais)	Banco Popular do Brasil e Instituto Palmas	70	97	170	310	490
Número de pessoas atendidas com crédito para o consumo (em palmas)	Banco Palmas	70	97	170	310	340
Número de operações realizadas pelo correspondente bancário	Banco Popular do Brasil e Instituto Palmas	40.000	80.000	95.000	110.000	130.000
Número de empreendimentos que aceitam a moeda palmas	Banco Palmas	90	99	130	180	240
Postos de trabalho gerados (formal e informal)	Banco Palmas	40	69	110	180	160
Jovens que receberam capacitação profissional	Instituto Palmas	90	340	420	860	560
Mulheres em situação de risco atendidas (Projeto Incubadora Feminina)	Banco Palmas	40	40	20	0	25
Prêmios recebidos	Instituto Palmas	0	0	2	3	2
Faixas realizadas na comunidade (em média 25 produtores)	Banco Palmas	26	22	28	17	14
Venda na Loja Solidária - anual (em reais)	Banco Palmas	Não se aplica	25.000	53.000	76.000	55.000
Consultores Comunitários treinados (jovens treinados para trabalharem no Banco Palmas)	Instituto Palmas	Não se aplica	25	10	0	13
Reuniões do FECOL realizadas	Instituto Palmas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	15	22
Alunos formados pela Escola Cooperativa Palmas (cursinho pré-vestibular)	Instituto Palmas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	40	80

Quadro 3. Resultados do Banco Palmas nos últimos 5 anos (Banco Palmas (www.bancopalmas.org.br))

Segundo dados do Banco Palmas (2010), nos últimos três anos (2007 a 2009) o Instituto Palmas realizou 3.139 operações de crédito, com um volume emprestado de R\$ 4.126.712,79 (cerca de US\$ 2.947.651,99). Ao todo foram beneficiadas 2.500 famílias, tendo mantido 8.000 postos de trabalho e gerados 2.000. O correspondente bancário realizou 28 milhões de transações e fez a gestão de quase 80 milhões de reais.

Durante o período de novembro de 2007 e fevereiro de 2008 foi realizada uma pesquisa sob a coordenação do LIEGS- Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da UFC – Universidade Federal do Ceará/Campus do Cariri com recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (Silva Júnior, 2008).

O objetivo geral dessa pesquisa é prospectar os impactos proporcionados pelo Banco Palmas junto aos usuários dos seus serviços no Conjunto Palmeiras e perceber o retorno de imagem do Banco a partir da implementação das suas ações de promoção de geração de ocupação e renda nos últimos 10 anos. As informações foram coletadas através de consulta a documentos oficiais e bancos de dados secundários, observações diretas, realização de entrevistas, de survey e de grupos focais.

As perguntas de partida foram:

- Quais os impactos das ações do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras, ao longo dos últimos 10 anos?
- Qual o retorno de imagem do Banco Palmas construído no imaginário dos usuários dos serviços e participantes de suas ações?

O universo pesquisado foram os participantes de alguns projetos do Banco Palmas, como Bairro-Escola (projeto cujo público alvo são jovens que são capacitados para o trabalho a partir de ofícios ofertados no bairro), Moeda Social (Moeda Circulante Local que busca ampliar a riqueza no bairro, na medida em que seus usuários fazem a moeda circular mais vezes no local), Microcrédito (Empréstimo concedido aos empreendedores do bairro para investimento em produção e consumo) e Correspondente Bancário (Serviços do Banco Popular do Brasil oferecidos aos moradores do bairro, através de quiosques na sede do Banco Palmas) (Silva Júnior, 2008).

Para a primeira pergunta de partida, existe a unanimidade que o Banco Palmas trouxe uma visibilidade para todo o bairro, promovendo ganhos para todas as organizações e cidadãos locais. Além disso, o Conjunto Palmeiras, nos dias atuais, é muito mais citado

no caderno de economia dos jornais que nas páginas policiais, diferente do que ocorria anos atrás.

Aqui se apresentou apenas elementos relacionados à contribuição do Banco Palmas pautados na elevação da autoestima dos moradores, mas também são significativos os impactos relacionados ao aumento do consumo nos comércios locais e de circulação de riqueza no bairro. A principal razão está na iniciativa do Banco Palmas de implementar o uso do cartão de crédito local – Palmacard – e da moeda social – Palmas – no Conjunto Palmeiras. A campanha- compre no bairro, é mais emprego- é outro projeto que causou impactos em relação a este tema.

Outros impactos que proporcionam ganhos coletivos para o bairro, identificados na pesquisa, estão arrolados à questão da ênfase na educação, cultura e formação dos jovens do bairro. Antes mesmo da criação da Palmatech – Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária – o Banco já apoiava iniciativas culturais, como o grupo de Teatro “Flores do Lixo”. Deste grupo saíram diversas lideranças juvenis que hoje se apresentam como líderes do futuro para o Conjunto Palmeiras, como exemplo: a Srta. Jaqueline Dutra que, atualmente, ocupa uma posição de muita responsabilidade na gestão do Banco Palmas. O investimento na Educação se deu em vários projetos como os cursos ABC de Economia Solidária, Formação de Consultores Comunitários, cursos integrantes da Incubadora Feminina e do Bairro-Escola de Trabalho. Esta educação não formal, segundo apontado pelo público investigado, tem proporcionado uma melhora nos indicadores da educação formal da população local.

O Bairro-Escola de Trabalho, aliás, foi muito citado pelos efeitos impactantes causados na vida dos jovens e dos empreendimentos capacitadores que participam do projeto conduzido pelo Banco Palmas. Conforme apurado a partir dos dados levantados nas diversas técnicas de pesquisa empregadas, o Bairro-Escola de Trabalho proporciona ao jovem um aprendizado profissionalizante teórico acompanhado da prática realizada em um empreendimento capacitador do bairro. Ganha o jovem ao aprender uma profissão, montar um negócio e garantir um emprego; ganha o estabelecimento ao “oxigenar” sua mão de obra, renovar os ensinamentos proporcionados pelas atividades realizadas no negócio e ter uma mão de obra qualificada a custo zero. Isto foi considerado uma série de impactos relevantes proporcionados pelo Banco.

Os dirigentes de organizações locais também citaram o PLIES – Plano Local de Investimento Estratégico, realizado no Conjunto Palmeiras em julho de 2003, sob a coordenação do Banco Palmas como um projeto que gerou impactos importantes, uma vez que uma dezena de projetos foi executada para a melhoria coletiva do bairro daquele ano até o final de 2007. Destaca-se dentre estes projetos derivados do PLIES, com algumas alterações, o próprio Bairro-Escola e a Elevação da Carteira de Microcrédito do Banco Palmas que favoreceu a ampliação dos empréstimos concedidos aos empreendedores locais para melhoria nos seus negócios.

E concluído, não se pode deixar de apresentar a aprovação que o Banco Palmas obteve pelo público do questionário, quando apontado se ele havia contribuído para o desenvolvimento do Conjunto Palmeiras: 98% apontaram que sim. Outra informação obtida a partir da aplicação do questionário e corrobora para responder esta pergunta de partida – “Quais os impactos das ações do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras, ao longo dos últimos 10 anos?” – é aquela que reflete se a ação do Banco Palmas melhorou a vida do pesquisado: 40% asseguraram que sim (representando 90% ao se considerar apenas as respostas válidas). Daqueles que responderam sim, 45% refletiram que a melhoria ocorreu em aspectos relacionados à geração de trabalho (20,2% narraram que conseguira trabalho) e renda (25,2% disseram que houve aumento de renda). Geração de trabalho e renda são focos centrais da atuação do Banco Palmas. Com este dado partimos para as reflexões acerca da segunda pergunta de partida (Silva Júnior, 2008).

Quanto à segunda pergunta de partida, a imagem do Banco Palmas durante esses 10 anos aponta para um panorama positivo e bem conceituado. Essa imagem captada na pesquisa está formada no imaginário dos tomadores de crédito, usuários da moeda, beneficiários do Bairro-Escola de Trabalho, usuários do correspondente bancário, lideranças do bairro, moradores, dirigentes e lideranças de representativas organizações públicas, privadas e sociais do bairro.

Caso o parâmetro seja uma nota, a pesquisa aponta que a maioria (91%) dos pesquisados na técnica do survey daria entre 7 e 10. Por sua vez, se o conceito for o balizador, o Banco Palmas obteve 93% de aprovação entre o conceito bom e ótimo.

Já se for o caso da orientação basear-se na palavra que vem – de modo imediato – à mente quando se fala de Banco Palmas (procedimento bastante utilizado por institutos de pesquisas em marketing e comunicação em survey sobre a imagem de um produto ou

serviço na mente do consumidor) têm-se: crescimento, oportunidade, desenvolvimento, ideias contagiosas, divulgação, cultura, organização, poder de articulação, trabalho e sucesso.

Há ainda a situação em que a população pesquisada expõe a imagem do Banco Palmas associada a aspectos de liderança institucional no Conjunto Palmeira. E existem, ainda, os que associaram a imagem do Banco Palmas ao compromisso com a Ética e Honestidade, apontado para justificar estas expressões o fato de se desconhecer qualquer fato que desabone, nestes 10 anos, a história do Banco Palmas ou dos seus coordenadores relacionado à má utilização de recursos públicos ou privados, financeiros ou não financeiros. Por tanto, sob todos os ângulos, o Banco Palmas tem uma imagem, em geral, muito bem posicionada na mente do público investigado.

Todavia, um ponto merece ser evidenciado: Se é possível afirmar que a imagem do Banco Palmas está descolada da ASMOCONP, não se pode assegurar que este seja o melhor caminho para o Banco Palmas. A população investigada parece sugerir, tanto nos grupos focais quanto nas entrevistas e nas observações diretas, que deseja muito mais ver a marca do Banco Palmas associada a ASMOCONP. E mais, cobrar que a ASMOCONP/Banco Palmas volte a assumir um papel de luta por melhorias nos aspectos de Urbanização do bairro. Pelas afirmações obtidas, seria algo do tipo “terminar o que começou há mais de uma década”, pois alguns registros apontam que progressos significativos ocorreram em uns campos enquanto a ASMOCONP atuava como articuladora das ações de desenvolvimento urbano do Conjunto Palmeiras. Complementado este pensamento, alguns afirmaram que desde o PLIES a ASMOCONP não atua com este perfil e elementos como limpeza urbana mais eficiente, reivindicação de respeito ao meio-ambiente local, sequência do canal de drenagem do bairro, urbanização de áreas periféricas do Conjunto Palmeiras, aumento da segurança no território deveria estar na ordem do dia da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP (Silva Júnior, 2008).

Concluindo, em geral a imagem do Banco Palmas para a população do Conjunto Palmeiras é consolidada, graças aos impactos e frutos das suas ações.

Além da pesquisa supracitada, algumas fontes locais também medem o impacto da experiência do Banco Palmas (Melo Neto, 2008):

- Índice de crianças desnutridas reduzido em 76% (fonte: Centro de nutrição do Conjunto Palmeira);
- O Comércio local aumentou suas vendas em cerca de 30%, e tornou-se um dos principais centros comerciais da periferia de Fortaleza (fonte: Censo do Comércio - Federação do Comércio de Fortaleza-2007);
- Consolidou-se uma metodologia original e eficaz de microcrédito para o combate à pobreza. (fonte: Análise de sustentabilidade do Projeto Banco Palmas-DIKAIOS/Fundação Brava- janeiro de 2007)
- Foi instituído um Fórum Econômico Local que faz a controladoria social do Banco Palmas com ampla participação da sociedade;
- Expansão da prática para a Venezuela. Aproximadamente 200 bancos comunitários foram criados naquele país. (fonte: MINEP-Venezuela);
- Maior credibilidade e empoderamento da comunidade, tornado-a referência para o poder público e para a sociedade civil.

5. CONCLUSÃO

Com o crescimento do desemprego, da miséria e da exclusão social, que tem se agravado com o atual processo de globalização econômica, a Economia Solidária vem se consolidando através de ações concretas, como uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais pobres, através de iniciativas que ajudem essas pessoas a ter um trabalho e uma renda permanente.

Através dessas iniciativas, há o fortalecimento das relações solidárias, das iniciativas das comunidades para combater a miséria, das alternativas de geração de trabalho e renda, proporcionando a produção de bens “verdes” e saudáveis como os alimentos agroecológicos, e a construção, na prática, de um desenvolvimento sustentável.

A Economia Solidária apresenta novos modelos de gestão através da cooperação dos membros de comunidades carentes. Estes atuam como força contrária à miséria por meio da capacitação, do empoderamento, do estímulo ao capital social, do microcrédito entre outros a fim de melhorar a qualidade de vida nessas comunidades.

Como foi possível observar, existe a urgência de abordar as questões de sustentabilidade em que as mesmas devem procurar a harmonia entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, interagindo de forma abrangente com os conceitos da Economia Solidária. Esses conceitos assumem cada vez mais a função de instrumentos de combate à pobreza e à exclusão social, a fim de construir uma sociedade coesa e equilibrada, onde enfoca as atividades econômicas que levam em consideração as pessoas, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, como referência prioritária, em relação aos outros interesses.

Existem várias limitações para este modelo, desde a vontade política à supremacia econômica de interesses privados. Algumas ideias são consideradas utópicas, todavia, essas atividades já existem em várias partes do mundo e, em época de crise, a solidariedade e os movimentos coletivos são uma resposta.

Dessa forma, o Banco Palmas surge como uma alternativa para esse momento, ajudando no desenvolvimento local sustentável, pois age de forma transversal nas diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Esse desenvolvimento ocorre através da concessão de crédito e da oferta dos demais serviços financeiros, acompanhadas por atividades complementares de formação,

capacitação e sensibilização baseadas nas relações de proximidade, confiança e nos princípios da economia solidária.

A utilização dos conceitos de economia solidária pelo Banco Palmas cria um círculo virtuoso, pois incentiva a produção e facilita a circulação de renda no próprio bairro, promovendo seu crescimento econômico. Para financiar o consumo, o banco criou um cartão de crédito popular usado somente no bairro.

Os produtores e comerciantes que se beneficiam do sistema, reúnem-se mensalmente com o objetivo de avaliar o desempenho do cartão, sugerir melhorias e isso também contribui para o trabalho voluntário em ações da Associação, como limpeza e preservação de espaços comunitários, acompanhamento às escolas e postos de saúde, entre outros.

A consciência sobre o consumo de produtos e serviços do bairro ajuda na distribuição de renda, geração de riqueza e melhoria na qualidade de vida da comunidade, dessa forma, o Banco Palmas passou a criar feiras semanais para vender os produtos fabricados localmente.

A criação de empresas dentro da comunidade com apoio do Banco tem aumentado e já existem diversas cooperativas, permitindo que a população tenha acesso a uma renda.

Além disso, o banco também mantém uma Escola de Socioeconomia Solidária, que tem como objetivo capacitar os pequenos empreendimentos locais e trabalhar juntamente com os moradores para a criação de uma cultura solidária, também organizando um clube de trocas, que funciona com moeda própria. Em adição, essas escolas mostram a importância da questão ambiental não só para a comunidade, mas também para o mundo, em que se deve respeitar e valorizar o meio ambiente, na preservação dos ecossistemas da biodiversidade e de todos os recursos locais.

Todas essas iniciativas, em conjunto com os conceitos da Economia Solidária, criam um ciclo de real desenvolvimento sustentável, em que todos os setores (econômico, social e ambiental) estão interligados e tratados como tal.

Como foi possível observar, a Economia Solidária baseia-se nos pilares de cooperação, autogestão, ética, confiança, sustentabilidade, proteção ao meio ambiente, igualdade e solidariedade na relação produção/consumo. O que parecia seu utopia, na verdade já faz parte do cotidiano de muitas pessoas. Não somente a riqueza material, como também aquela relativa ao desenvolvimento de dons e habilidades oferecem realização ao ser

humano. Essa realização se dá por meio de relações mais próximas, qualificadas e com respeito na comunidade, no trabalho, na produção, na comercialização e no consumo. É dessa forma, com um sistema focado no ser humano, que existirão condições de transformar a realidade atual de crise, incertezas e desesperança.

Com efeito conclusivo, alguns desafios do Banco Palmas e recomendações para novas pesquisas se apresentam e devem ser superados a fim de confirmar, de forma mais precisa, os resultados do desenvolvimento sustentável do Conjunto Palmeiras com a criação do Banco Palmas e a abordagem da Economia Solidária. Como desafios, pode-se citar:

- i. Conseguir participação e integração ainda maiores dos atores envolvidos na comunidade do Conjunto Palmeiras;
- ii. Com o excesso de demanda, o Banco tem pouca capacidade financeira e administrativa de atendimento;
- iii. Apesar de já haver melhorias quanto às políticas públicas relacionadas à Economia Solidária, ainda há deficiência de integração das políticas governamentais que atuam nesse campo;
- iv. Resistência e desconfiança de órgãos públicos e outros organismos atuantes na área por conta de diferenças políticas e ausência de conhecimento sobre o assunto;

No que se refere às recomendações para trabalhos futuros, podemos listar as seguintes:

- i. Realizar um estudo mais específico, com a participação dos moradores locais, abordando os aspectos do desenvolvimento sustentável;
- ii. Por essa pesquisa ter tratado de um tema da realidade local de Fortaleza, Ceará, Brasil, seria importante e interessante desenvolver um estudo de implantação de Economia Solidária na realidade de Portugal;
- iii. Analisar de forma social e econômica o impacto da utilização de metodologias econômicas alternativas;
- iv. Aprofundar estudos acerca do tema de gestão social, mais especificamente no que se refere à gestão de empreendimentos da Economia Solidária.

6. REFERÊNCIAS

Aiub, George Wilson (2009). “Apostila: Economia para Administração”. UNIVALI-Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brasil.

Aragonez, Iara (2008), “Consumo e Sustentabilidade: Algumas Reflexões”, <http://www.jurisciencia.com/artigos/iara-aragonez-consumo-e-sustentabilidade-algumas-reflexoes/208/>, acessado em 9 de Junho de 2011.

Azambuja, Lucas Rodrigues (2009). “Os valores da Economia Solidária”. In: Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 11, vol. 21, jan./jun.

Banco Palmas, <http://www.bancopalmas.org.br>, acessado em 14 de Junho de 2011.

Bartelmus, P. (1994), “*Environment, Growth and Development: the Concepts and Strategies of Sustainability*”. Routledge: New York.

Boulianne, (2003) e Demoustier, (2004), cited in Ramos, M. C. P. - 2º CONGRESSO NACIONAL DOS ECONOMISTAS : *Economia solidária, Estado-providência e promoção do emprego*.

BRUM, A. L. (2003), “*Economia solidária: elementos para compreensão*”. Revista Desenvolvimento em Questão, Ijuí, RS: Ed. Unijuí, n.1, p. 217-228, jan./mar.

Costanza, R. (2000), “*Ecological sustainability, indicators and climate change*”, em *Climate Change and its Linkages with Development, Equity and Sustainability*, M. Munasinghe and R. Swart (Eds.), IPCC, Geneva.

Coutinho, Clara P. & Chaves, José H. (2002) “*O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*”. Revista Portuguesa de Educação, Volume 15, número 1.

Elliott, L. (1998), *“The Global Politics of the Environment”*. New York University Press: New York.

Fórum Nacional de Economia Solidária (2008), *“Relatório Final- IV Plenária Nacional de Economia Solidária”*, Brasil.

França Filho, G. (2003), *“En croissant le regard: l'économie solidaire en France et au Brésil.”* La revue du Mauss, semestrielle, n. 21 (Alter-économie: quelle autre mondialisation?), Paris: La Découverte.

França, Genauto Carvalho de Filho; Silva Júnior, Jeová Torres (2006), *“Uma dinâmica associativa emblemática no nordeste brasileiro – o caso do Banco Palmas”*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gechev, Rumen (2005), *“Sustainable Development- Economic Aspects”*. University of Indianapolis Press: Indianapolis, IN, USA.

Gil, Antônio Carlos (2002), *“Como elaborar projetos de pesquisa”*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gunderson, L., and Holling, C.S. (2001), *“Panarchy: understanding transformations in human and natural systems”*. Island Press, New York, NY, USA.

Hall, C. M., e Lew, A. A. (1998), *“Sustainable tourism; a geographical perspective”*, White Plains, NY: Longman

Hicks, J. (1946), *“Value and Capital”*, 2ª. edição, Oxford University Press, Oxford, UK.

Holling, C.S. (1973), *“Resilience and stability of ecological systems”*, *Annual Review of Ecology and Systematics*, Vol. 4, pp. 1–23.

Holling, C.S. (1986), “*The resilience of terrestrial ecosystems: local surprises and global change*”, em W.C.Clark and R.E.Munn (Eds.), *Sustainable Development of the Biosphere*, Cambridge University Press, Cambridge, UK, pp.292-317.

Informativo – Desenvolvimento local sustentável: o exemplo da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras com o Banco Palmas. Fortaleza: PRORENDA Urbano-Ceará, setembro de 2000.

Jesus, T. S. D., & Sparemberger, R. F. L. (2009). “*Economia solidária e ecossociodesenvolvimento: a construção de uma nova percepção de sustentabilidade*”. *Otra Economía*, Vol. 3, no. 5, 72-84.

Junqueira, R. G. P.; Abramovay, R. (2005), “A sustentabilidade das microfinanças solidárias.”, *Revista de Administração da Usp*, v. 40, n. 1, p. 19-33.

Laville, Jean-Louis e Cattani, António David (2005), “*Dictionnaire de L’Autre Économie*”, Paris : Desclée de Brouwer, p.303.

Maia, Daniel Henrique dos Santos; Catin, Nayana Ferreira e Braga Filho, Hélio (2006), “As Alternativas Propostas pela Economia Solidária, Para o Desenvolvimento Econômico e Social, com Sustentabilidade e Geração de Renda”, Centro Universitário de Franca, SP.

Maria Clara (2010), “Comércio justo”, <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/comercio-justo/49300/>, acessado em 9 de Junho de 2011.

Maslow, A.H. (1970), “*Motivation and Personality*”, Harper and Row, New York.

Mauss, M. (1974) [1923-24], “*Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*”. In : _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp.

Melo Neto, J. J. (2002), “Relembrando nossa história. Bahia Análise & Dados”, v. 12, n. 1, p. 141-148.

Melo Neto, Joao Joaquim (2003), “PLIES: Plano Local de Investimento Estratégico”. Fortaleza, Expressão Gráfica.

Melo Neto, Joao Joaquim (2005). “*Banco Comunitário e Cooperativa de Crédito: Uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia*”. Fortaleza, Expressão Gráfica.

Melo Neto, João Joaquim (2006), “Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade”. Fortaleza: Instituto Banco Palmas.

Melo Neto, J. J.; Magalhães, S. (2007), “Bairros pobres, ricas soluções”, Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica.

Melo Neto, João Joaquim (2008), “BANCO PALMAS...um caminho” no *Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil*, Ano 3, No. 29, pp. 13-14.

Miller, Ethan (2010), “*Solidarity Economy: Key Concepts and Issues.*” Chapter 2 in *Solidarity Economy I: Building Alternatives for People and Planet*. Amherst, MA: Center for Popular Economics.

Miller, E. (2005), “*Solidarity Economics: Building Other Economies from the Bottom-Up and the Inside-Out*”, Greene, ME: JED Collective.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) do Governo do Brasil, Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp, acessado em 25 de Maio de 2011.

Moore, Gary W. (1983). *Developing and Evaluating Educational Research*. New York: HarperCollins Publishers.

Mowforth, M. & Munt, I. (1998), *“Tourism and Sustainability: New Tourism in the Third World”*. Routledge: New York.

Munasinghe, M. (1992), *“Environmental Economics and Sustainable Development”*, Artigo apresentado na Cimeira da Terra, Rio de Janeiro, Brasil, e reproduzido como Environment Paper No. 3, World Bank, Wash. DC, USA.

Munasinghe, M., and Shearer, W. (Eds.) (1995), *“Defining and Measuring Sustainability: The Biogeophysical Foundations”*, UN University and World Bank, Tokyo and Washington, DC, USA.

Munasinghe, M. (2001), *“Sustainable development and climate change: applying the sustainomics transdisciplinary meta-framework”*, International Journal of Global Environmental Issues, Vol. 5, No. 1, pp. 13-55.

Nebel; Kaufmann; Munoz; Neves; Santos, (2009), *“Consumo Consciente, Ético e Sustentável. Outras Práticas São Possíveis”*, Investigação- Trabalho em Curso, Universidade Federal de Pelotas.

North, D. (1990), *“Institutions, Institutional Change and Economic Performance”*, Cambridge Univ. Press, Cambridge, UK.

Patton, Eric and Appelbaum, Steven H. (2003), *“The Case for Case Studies in Management Research”*, Management Research News, Vol. 26, No. 5.

Pesqueux, Yvon (2009), Sustainable development: a vague and ambiguous “theory”, *Society and Business Review*, Vol. 4, Nº 3.

Perrings, C. and Opschoor, H. (1994), “*Environmental and Resource Economics*”, Edward Elgar Publ., Cheltenham, UK.

Polanyi, K (2000), “*A grande transformação: As origens de nossa época*”. Editora Campus, Rio de Janeiro.

Portal IG (2010), “Pioneiro, Banco Palmas é exemplo em economia solidária”, <http://economia.ig.com.br/mercados/pioneiro+banco+palmas+e+exemplo+em+economia+solidaria/n1237674265643.html>, acessido em 9 de Julho de 2011.

Rocha, Belisa Victoria Nascimento (2010), “Economia Solidária e Desenvolvimento Local Sustentável: o que Robert Owen tem a ver com isso?”, <http://www.recantodasletras.com.br/trabalhosacademicos/2510240>, acessido em 6 de Agosto de 2011.

Sachs, Ignach (1993), “*Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente*”. São Paulo: Nobel/Fundap.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), “*Introdução e Capítulo 1. In: Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Silva Júnior, Jeová Torres (2004), “Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCNP/Banco Palmas.” Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Silva Júnior, J.T., França Filho, G. C. (2005), “*Une dynamique associative emblematic au nord-est brésilien*”. In: LAVILLE, J.-L. et al. (Orgs.) *Action publique et economie solidaire*. Paris: Edition-Èrés.

Silva Júnior, Jeová Torres (2008), “Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas – 10 anos, Universidade Federal do Ceará, Brasil.

Singer, Paul (2002), *“Introdução à Economia Solidária”* . SP: Editora Perseu Abramo.

Singer, Paul (2007), “Entrevista com Paul Singer” realizada em 23 de setembro de 2007.

Secretaria do Meio Ambiente (1996a), *“Entendendo o meio ambiente”*, Vol. I. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Sum, M.C. e Hills, P. (1998), “Interpreting Sustainable Development”, *Journal of Environmental Sciences*. June 1998, vol. 10, issue 2, p129.

Wackernagel, M e Rees, W. (1996), *“Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth.”* New Society Publishers: Canada.

WCED (World Commission on Environment and Development) (1987), *“Our Common Future”*, Oxford University Press, Oxford, UK.

Yin, R.K. (2005) “Estudo de Casos, Planejamento e Métodos”. 3ª edição. Bookman.

Yunus, Muhammad; Jolis, Alain (2006), “ O banqueiro dos pobres”. São Paulo: Ática.

ANEXOS

Anexo A- Paralelo entre a Economia Vigente e a Economia Solidária

Economia Vigente	Economia Solidária
Empresas e organizações onde há um patrão.	Cooperativas, associações, clubes e grupos produtivos que praticam a autogestão.
Lucro	Sobra (que é investida nos associados e no empreendimento econômico solidário)
Mais-valia	Preço justo
Individualismo	Solidariedade
Realização das atividades com competitividade.	Atividades realizadas com cooperação e qualidade de vida
Trabalho realizado através da junção de pessoas que tem objetivos diversos (individuais)	Atividades produtivas realizadas por pessoas que tem um objetivo comum (desenvolvimento do empreendimento e da comunidade)
Na maior parte das transações econômicas, não se leva em conta os danos ambientais.	Preza pelo desenvolvimento sustentável.

Fonte: Rocha, 2010

Anexo B- Rede Solidária de produção e consumo local do Banco Palmas

Linha de Atuação	Produto	Funcionamento
Produção Sustentável	MICROCRÉDITO PARA PRODUÇÃO	Microcréditos destinados à produção e comercialização local, sem exigências quanto ao fiador, nível de renda, patrimônio e outras normas bancárias.
Consumo Solidário	CARTÃO DE CRÉDITO	PalmaCard é o cartão de crédito do Banco Palmas, válido para compras somente no bairro. Não há exigência de taxa para obtenção do cartão, sendo seu limite variável em função do comportamento do seu titular.
Capital Solidário	MOEDA SOCIAL	Uma moeda/bônus local circula no bairro desde novembro de 2002. A moeda chama-se Palma\$ (P\$) e surgiu com a aplicação do método fomento, durante a construção da Palmatech. Os trabalhadores da obra receberam em Palma\$ e fizeram esta moeda circular no comércio do bairro.
Comércio Justo	LOJA SOLIDÁRIA	Uma loja está instalada na sede da ASMOCONP, onde os produtores do bairro que tomaram um crédito junto ao banco, podem colocar seus produtos para exposição e venda. Em geral estes produtos são artesanais ou produzidos nos grupos setoriais da ASMOCONP.

Fonte: França; Silva Júnior, 2006

Anexo C – Programas de Desenvolvimento Local, gerenciados pela ASMOCNP e implementados pelo Banco Palmas.

Programa	Objetivo	Atuação
Incubadora Feminina	Re-incluir socialmente mulheres em situação de risco pessoal e social. São realizadas oficinas, cursos profissionalizantes, ateliês de produção, assistência de psicólogos e economistas domésticos.	Trata-se de um programa de segurança alimentar e geração de renda, iniciado em outubro de 2000, com o objetivo de incluir social e economicamente, mulheres a partir de 16 anos, em situação de risco e social, moradoras no Conjunto Palmeira. A estratégia consiste em reintegrá-las ao ciclo econômico e social de forma a garantir-lhes renda que assegure, no mínimo o acesso ao alimento. A primeira turma de mulheres começou a ser incubada naquele ano e a cada seis meses, a incubadora recebe 20 (vinte) mulheres selecionadas na comunidade em situação de grave risco pessoal e social.
Palmatech – Escola Comunitária De Socioeconomia Solidária	Oferecer capacitação gerencial e profissional na perspectiva da Socioeconomia Solidária. Além de desenvolver pedagogias de sensibilização para a cultura da solidariedade.	Forma os moradores na perspectiva da economia solidária e nos princípios da cooperação, da solidariedade, do empreendedorismo e da sustentabilidade. Estes princípios são importantes porque alimentam as relações de proximidade com valores que solidificam estas relações. Ela contribui com outros programas e com os grupos setoriais, qualificando o pessoal – jovens, comerciantes, mulheres, produtores, etc.
Laboratório de Agricultura Orgânica (Lau)	Aprender o cultivo orgânico de plantas medicinais e hortaliças nos quintais de suas casas, produzindo para o consumo e o excedente podendo ser comercializado	São programas que oportunizam o consumo de alimentos mais saudáveis, assim como, possibilita atividades produtivas que possam gerar renda para estes. Na sede da ASMOCNP funciona um laboratório que visa servir de modelo no uso dos quintais das casas para o plantio de hortaliças e criação das galinhas.
Palmorico	Atua de modo similar ao LAU, porém voltado para criação de galinha caipira.	

Fonte: Melo Neto; Magalhães, 2003 *apud* Silva Júnior, 2004.

Anexo D – Rede Solidária de Produção e Consumo Local do *Banco Palmas*

LINHA DE ATUAÇÃO	PRODUTO	FUNCIONAMENTO
<i>Produção Sustentável</i>	MICROCRÉDITO PARA PRODUÇÃO	Microcréditos destinados a produção e comercialização local, sem exigências quanto ao fiador, nível de renda, patrimônio e outras normas bancárias.
<i>Consumo Solidário</i>	CARTÃO DE CRÉDITO	PalmaCard é o cartão de crédito do <i>Banco Palmas</i> , válido para compras somente no bairro. Não há exigência de taxa para obtenção do cartão, sendo seu limite variável em função do comportamento do seu titular.
<i>Consumo solidário</i>	CLUBES DE TROCAS	Consiste em um espaço de articulação entre produtores, prestadores de serviços e consumidores do bairro que se reúnem semanalmente para trocar bens e serviços mediados pela adoção de uma moeda social específica: o palmares.
<i>Consumo Solidário</i>	COMPRAS COLETIVAS	O <i>Banco Palmas</i> coordena uma rede formada por núcleos organizados de bairros da Região Metropolitana de Fortaleza com o intuito de comprar diretamente dos produtores, se possível desta própria rede, com até 20% de desconto.
<i>Capital Solidário</i>	MOEDA SOCIAL	Uma moeda/bônus local circula no bairro desde Novembro/02. A moeda chama-se Palma\$ e surgiu com a aplicação do método fomento, durante a construção da Palmatech. Os trabalhadores da obra receberam em Palma\$ e fizeram esta moeda local circular no comércio do bairro.
<i>Comércio Justo</i>	LOJA SOLIDÁRIA	Uma loja foi instalada na sede da ASMOCONP, onde os produtores do bairro que tomaram um crédito junto ao banco, podem colocar seus produtos para exposição e venda. Em geral estes produtos são artesanais ou produzidos nos grupos setoriais da ASMOCONP.

Fonte: Melo Neto e Magalhães, 2003.

Anexo E- Unidades de produção e serviços solidários originados desde a implementação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas.

Grupo Setorial	Unidade de Produção ou Serviço	Atividade
Artesanato	PALMART	Grupo produtivo de artesanato que utiliza, principalmente, as técnicas de fuxico e estamparia. Constituída por 07 mulheres da comunidade
Confecções	PALMAFASHION	Grupo produtivo que confecciona moda jovem, peças íntimas, fardamentos e camisas masculinas. Envolve 12 mulheres da comunidade, na sua maioria oriunda da Incubadora Feminina.
Artigos de Couro	PALMACOUROS	Grupo produtivo que confecciona bolsa, calçados e outras peças de couro. Constituído por 05 famílias da comunidade.
Material de Limpeza	PALMALIMPE	Microempresa que produz detergentes, desinfetantes, água sanitária, amaciante e cera líquida. Formada por 05 jovens que participaram da formação em economia solidária pela Palmatech. É legalizada e tem no comércio local e nas organizações não governamentais seus principais clientes.
Agência de Turismo Social	PALMATUR	A Agência tem como vocação a formação de pacotes turísticos para mostrar a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas e outros destacados projetos sociais existentes no Ceará. Ao mesmo tempo em que explora de forma sustentável as praias, a serra e o sertão cearenses.
Produtos Naturais	PALMANATUS	Grupo produtivo dedicado ao cultivo de plantas medicinais com fins fitoterápicos, além da produção e comercialização de produtos naturais como xaropes, sabonetes, etc.
Transporte	PASSAGEM SOLIDÁRIA	Tiquete solidário criado com a finalidade de facilitar o acesso dos moradores do Conjunto Palmeira ao transporte alternativo que serve ao bairro, localizado na Zona Sul, a 20 Km do Centro de Fortaleza. Os moradores podem utilizar a moeda social com um desconto de R\$ 0,10 no sistema de transporte alternativo. Em atuação desde 26/06/2005.
Cultural	ESTÚDIO	Gravação de CDs de talentos do bairro e de <i>jingles</i> comerciais. Os equipamentos foram doados pela ONG holandesa Strohalm. Três jovens da comunidade foram capacitados para cuidar do estúdio.

Fonte: Melo Neto e Magalhães, 2003 *apud* França e Silva Júnior, 2006